PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS
GABINETE DO PREFEITO
Praça Bom Jesus, 99 – Centro | 35.720-000 – Matozinhos – MG
(31) 2010-8534 | gabinete@matozinhos.mg.gov.b

OFÍCIO Nº 45 - GABINETE/2026.

Matozinhos, 02 de fevereiro de 2026.

Exmo. Senhor,
Gercy Gonçalves do Carmo
DD. Presidente da Câmara Municipal de Matozinhos
Matozinhos/MG

Pautado na harmonia e cordialidade existente entre os Poderes Legislativo e Executivo, encaminho-lhe "Projeto de Lei Complementar que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matozinhos e dá outras providências.

Renovo saudações respeitosas e de apreço.

Atenciosamente,

ITALO MORAES BORGES

Prefeito Municipal

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 1 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS
GABINETE DO PREFEITO
Praça Bom Jesus, 99 – Centro | 35.720-000 – Matozinhos – MG
(31) 2010-8534 | gabinete@matozinhos.mg.gov.b

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº ___- 2026

Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matozinhos e dá outras providências.

O Povo do Município de Matozinhos/MG, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Matozinhos reger-se-ão pelas normas estabelecidas neste Estatuto e em legislações específicas, respeitados os preceitos da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município.

§1º. Esta Lei regula as condições de provimento e vacância dos cargos públicos municipais, os direitos, vantagens, deveres e responsabilidades dos servidores públicos municipais, sem prejuízo de outras normas aplicáveis aos servidores regidos por regimes jurídicos distintos.

§2º. O regime jurídico dos servidores dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Matozinhos será definido por legislação específica, podendo contemplar tanto o regime estatutário quanto outros regimes admitidos em lei.

§3º. Para fins desta Lei, entende-se como Administração Pública Municipal todos os órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, bem como suas entidades administrativas descentralizadas.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 2 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§4º. As relações entre a Administração Pública Municipal e os seus servidores subordinam-se aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e da eficiência, bem como aos demais princípios elencados no artigo 37 da Constituição Federal e nas disposições deste Estatuto.

Art. 2º. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipais instituirão, no âmbito de sua competência, os Planos de Cargos e Vencimentos para seus servidores, assegurando isonomia de vencimentos com fundamento no parágrafo 1º do art. 39 da Constituição Federal, para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, respeitando as peculiaridades de cada regime jurídico.

§1º. Os cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal serão organizados conforme o Plano de Cargos e Vencimentos.

§2º. A organização dos cargos e empregos públicos será definida considerando a escolaridade, qualificação profissional e a natureza das atribuições, conforme o regime jurídico correspondente, na forma prevista em legislação específica.

§3º. Os Planos de Cargos e Vencimentos poderão ser diferenciados conforme o regime aplicável, atendendo à legislação específica e às diretrizes constitucionais.

Art. 3º. É vedado à Administração Pública Municipal estabelecer qualquer forma de discriminação ou diferença remuneratória no exercício de cargos, empregos e funções públicas em razão de raça, cor, etnia, idade, sexo, identidade ou expressão de gênero, orientação sexual, condição física, deficiência, estado civil, religião, convicção filosófica, política ou de outra natureza.

Parágrafo único. Não se consideram discriminação indevida, para os fins deste artigo, as políticas afirmativas previstas na Constituição Federal, na legislação federal, estadual e municipal, especialmente aquelas destinadas à promoção da igualdade de oportunidades e à correção de desigualdades históricas e estruturais, como as reservas de vagas em concursos públicos para candidatos negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

Art. 4º. É dever da Administração Pública Municipal promover medidas de redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e manutenção da equipe de segurança do trabalho para avaliar essas condições.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 3 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 5º. É vedado a prestação de serviços gratuitos à Administração Pública Municipal, salvo, desde que previsto em legislação específica, o exercício de serviço honorífico, estágio, trabalho voluntário em programas de apoio social ou a participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 6º. Os servidores vinculados a diferentes regimes jurídicos terão sua previdência definida conforme a legislação específica:

I- Os servidores regidos pelo regime estatutário estarão vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), quando instituído, ou ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na ausência daquele.

II- Os servidores sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) serão vinculados ao RGPS.

Art. 7º. Na aplicação desta lei são adotados os seguintes conceitos:

I- Servidor Público - É toda pessoa física que, legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão, ou emprego público, presta serviço remunerado à Administração Pública Municipal, sob regime jurídico definido em lei.

II- Cargo Público - É o conjunto de atribuições e responsabilidades criadas por lei, que se cometem a um servidor, sujeito ao regime estatutário. Possuem denominação própria, atribuições específicas, número certo de vagas e vencimento específico pago pelos cofres públicos municipais.

III- Cargo Público Efetivo - É o conjunto de atribuições e responsabilidades criadas por lei, que se cometem a um servidor. Possuem denominação própria, atribuições específicas, número certo de vagas e vencimento específico pago pelos cofres públicos municipais, sendo destinado a ser preenchido por pessoa aprovada e classificada em Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos.

IV- Cargo Público em Comissão - É o conjunto de atribuições e responsabilidades criadas por lei, que se cometem a um servidor. Possuem denominação própria, atribuições específicas de direção, chefia e assessoramento, número certo de vagas e vencimento específico pago pelos cofres públicos municipais, sendo provido em caráter transitório, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipais.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 4 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

V- Emprego Público - Conjunto de atribuições e responsabilidades regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criado por lei para atividades permanentes ou temporárias.

VI- Função Pública - Posto oficial de trabalho na Administração Pública Municipal, provido em caráter transitório e nos termos da Lei, que não integra a categoria de cargo público.

VII -Função de Confiança - São funções exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

VIII- Nomeação - Ato administrativo originário de provimento pelo qual a autoridade competente investe determinada pessoa em cargo público efetivo, após aprovação prévia em concurso público, ou em cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração.

IX- Designação - Ato administrativo de natureza derivada e precária, pelo qual a autoridade competente determina que servidor público, ocupante de cargo efetivo ou emprego público, exerça determinada função de confiança ou encargo público transitório, sem alteração de sua situação funcional originária, conservando-se o vínculo ao cargo efetivo.

X- Exoneração - Ato Administrativo de dispensa do servidor público que ocorre a pedido ou *ex offício,* de conformidade com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matozinhos.

XI- Demissão - Penalidade precedida de processo administrativo disciplinar, assegurada ao servidor ampla defesa e contraditório, ou em virtude de decisão judicial irrecorrível com consequente desligamento do servidor do quadro funcional.

XII- Classe - É um agrupamento de cargos da mesma profissão e de igual padrão inicial de vencimentos.

XIII- Carreira - É um conjunto de classes da mesma profissão, escalonadas segundo os padrões de vencimentos, destinadas exclusivamente para os servidores em exercício de cargo público efetivo.

XIV- Servidor estável - São estáveis após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo público efetivo, submetidos e aprovados em avaliação especial de desempenho realizada na forma da Lei.

XV- Contrato administrativo - Relação de trabalho de natureza transitória, regulada por legislação específica, respeitadas as normas gerais do Direito Administrativo e trabalhista.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 5 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 8º. Os cargos, empregos e funções públicas municipais são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei, sem distinção de sexo, assegurado o atendimento às condições de investidura previstas na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei Orgânica do Município, bem como neste Estatuto e na legislação municipal específica aplicável.

Parágrafo único. O provimento dos cargos públicos efetivos dar-se-á mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme dispuser a lei e o edital, ressalvados os cargos em comissão, que são de livre nomeação e exoneração.

TÍTULO II

DOS PROVIMENTOS E

VACÂNCIAS CAPÍTULO I

Da Investidura em Cargo Público

Seção I

Dos Requisitos para Investidura

Art. 9º. A investidura em cargos e empregos públicos será realizada conforme o regime jurídico aplicável, mediante concurso público ou processo seletivo, conforme previsto em lei:

I- A investidura no cargo público efetivo, regido pelo regime estatutário, depende de aprovação prévia em concurso público, de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo;

II- A investidura no cargo público em comissão, regido pelo regime estatutário, é de livre nomeação e exoneração;

III- Empregos públicos, regidos pela CLT, serão preenchidos mediante processo seletivo público a ser definido em legislação específica.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 6 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

IV- Contratos administrativos temporários observarão os critérios e prazos previstos na legislação específica.

Art. 10. São requisitos básicos para investidura em cargo público efetivo:

I- Ter nacionalidade brasileira ou estrangeira, esta, na forma da legislação federal ou municipal específica;

II- Estar em gozo dos direitos políticos;

III- Estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, com as obrigações militares;

IV- Ter idade mínima de dezoito anos;

V- Ter sido aprovado em concurso público, atendidas as condições prescritas no respectivo Edital e na legislação;

VI- Comprovar em avaliação médica pericial oficial do Município, que possui condição física, mental e psicológica para o exercício das atribuições do cargo;

VII- Possuir aptidão para o cargo, verificada por avaliação realizada pela Comissão de Avaliação de Desempenho, regulamentada por Ato do respectivo Poder Municipal.

VIII- Possuir idoneidade moral, comprovada mediante atestado de bons antecedentes;

IX- Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e profissão regulamentada, se for o caso.

§1º. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos, desde que estabelecidos em lei.

§2º. Para a realização da avaliação médica prevista no inciso VI, poderão ser exigidos exames médicos pelo profissional competente, desde que em consonância com as atribuições do cargo.

§3º. O Chefe do respectivo Poder Municipal designará os profissionais para a realização da avaliação prevista no inciso VI deste artigo.

Art. 11. O provimento dos cargos públicos municipais far-se-á mediante ato do Chefe do respectivo Poder Municipal.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 7 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 12. A investidura em cargo público, seja de provimento efetivo ou em comissão, ocorrerá com a posse.

Seção II

Do Concurso Público

Art. 13. O concurso público é um processo de recrutamento e seleção de recursos humanos para a Administração Pública Municipal, tem natureza competitiva, eliminatória e classificatória, aberto ao público em geral que preencha os requisitos básicos, composto de provas ou de provas e títulos, provas práticas ou práticas-orais, compreendendo uma ou mais fases, conforme dispuser o edital de abertura.

§1º. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante ato do Chefe do respectivo Poder Municipal.

§2º. O prazo de validade do concurso, as condições de sua realização, os requisitos para provimento dos cargos, os critérios de classificação e os procedimentos de recursos cabíveis serão fixados no edital de abertura, ao qual será dada ampla publicidade nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 14. Será assegurado às pessoas com deficiência o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

§1º. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§2º. As pessoas com deficiência serão classificadas em lista especial e na lista do resultado geral do concurso público.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 8 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§3º. Serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para o cargo às pessoas com deficiência.

§4º. Ressalvadas as disposições previstas em regulamento específico, a pessoa com deficiência participará de concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos no que diz respeito:

I - Ao conteúdo das provas;

II- À avaliação e aos critérios de aprovação;

III- Ao horário e ao local de aplicação das provas; e

IV- À nota mínima exigida para os demais candidatos.

§5º. As condições para investidura e aprovação no estágio probatório dos candidatos portadores de deficiência serão definidas em regulamento específico.

Art. 15. Ficam reservadas 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, assim distribuídas:

I- 25% (vinte e cinco por cento) aos candidatos pretos e pardos;

II- 3% (três por cento) aos candidatos indígenas;

III- 2% (dois por cento) aos candidatos quilombolas.

§1º. A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 5 (cinco).

§2º. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 9 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§3º. A reserva de vagas de que trata este artigo constará expressamente dos editais dos concursos públicos, que deverão especificar o total de vagas destinadas a cada grupo beneficiário em cada cargo ou emprego público oferecido.

§4º Poderão concorrer às vagas reservadas:

I- os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística – IBGE;

II- os candidatos que se autodeclararem indígenas, mediante documentação comprobatória de que é parte de uma coletividade indígena e é reconhecido por seus membros como tal;

III- os candidatos que se autodeclararem quilombolas, mediante documentação comprobatória de que é pertencente pertencente a grupo étnico-racial, segundo critérios definidos pela legislação federal.

§5º. As autodeclarações de que trata o § 4º serão submetidas a procedimento de confirmação complementar:

I - no caso dos candidatos pretos e pardos, por meio de heteroidentificação realizada por comissão de avaliação, com base em critérios fenotípicos;

II- no caso dos candidatos indígenas e quilombolas, por meio de verificação documental realizada por comissão de avaliação.

§6º. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§7º. Os candidatos beneficiários das reservas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

§8º. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§9º. Em caso de desistência de candidato aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato posteriormente classificado dentro do mesmo grupo.

§10. Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos aprovados em cada grupo beneficiário para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 10 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

§11. A nomeação dos candidatos aprovados observará critérios de alternância e proporcionalidade entre as vagas destinadas à ampla concorrência, às pessoas com deficiência e aos beneficiários da reserva de que trata este artigo.

§12. A política de reserva de vagas prevista neste artigo será objeto de avaliação periódica, em conformidade com a legislação federal vigente, devendo ser revista no prazo de 10 (dez) anos a contar data de sua entrada em vigor.

Art. 16. Deverão constar expressamente no edital de abertura do concurso público e nas outras disposições necessárias ao regulamento do certame, as seguintes informações:

I- A denominação do cargo e/ou função;

II- O grau de escolaridade exigido para cada cargo e/ou função;

III- Os requisitos básicos para a investidura e exercício do cargo e/ou função;

IV- O número de vagas oferecidas, podendo, quando for o caso, serem distribuídas por função, habilitação profissional, especialização e/ou disciplina;

V- Número de candidatos aprovados que poderão compor o cadastro de candidatos aptos a ingressarem no serviço público municipal;

VI- Percentual de vagas destinadas a candidato portador de deficiência;

VII- O prazo de validade do concurso e possibilidade de sua prorrogação;

VIII- As modalidades de provas e de avaliação dos candidatos e as regras de sua aplicação;

IX- O conteúdo programático das provas;

X- As condições de realização de prova prática, exame psicotécnico ou teste de aptidão física, quando forem exigidos;

XI- A pontuação para avaliação das provas e os critérios de eliminação;

XII- As condições para apresentação de recursos.

Parágrafo único. O concurso público poderá ser aberto com o objetivo de seleção de candidatos para vagas disponíveis e formação de cadastro de reserva de candidatos aptos.

Art. 17. A inscrição do candidato no concurso público fica condicionada ao pagamento de valor fixado no respectivo edital de abertura, destinado ao seu custeio.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 11 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Parágrafo único. A lei regulamentará a isenção dos valores de inscrição em concursos públicos municipais.

Art. 18. É vedada a realização de novo concurso público para determinado cargo, enquanto houver candidatos aprovados em concurso anterior com prazo de validade vigente ou servidor em disponibilidade apto ao provimento, respeitada a ordem de classificação e o número de vagas previstas no edital.

§1º. A Administração Pública Municipal poderá abrir novo concurso com até 6 (seis) meses de antecedência do término do prazo de validade do certame anterior, assegurada a prioridade de nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas previsto no edital do concurso ainda vigente.

§2º. A aprovação em concurso público:

I- gera direito subjetivo à nomeação quando o candidato estiver classificado dentro do número de vagas previsto no edital, observado o prazo de validade do certame;
II- confere mera expectativa de direito à nomeação quando o candidato estiver classificado além do número de vagas ou em cadastro de reserva, salvo nas hipóteses de preterição arbitrária e imotivada pela Administração.

§3º. A nomeação observará, além da ordem de classificação, a aprovação em prévia inspeção médica e psicológica oficial, bem como o atendimento aos demais requisitos legais e editalícios.

CAPÍTULO II

Do Provimento

Seção I

Das Modalidades de Provimento

Art. 19. São formas de provimento em cargo ou emprego público:

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 12 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

I - Nomeação, para cargos estatutários;
II- Contratação, para empregos públicos ou vínculos temporários;
III- Lotação, Transferência, Recondução, Reintegração, Reversão, Disponibilidade e Aproveitamento, Readaptação e Promoção, conforme o regime jurídico aplicável;
Parágrafo único. O provimento de cargo público dar-se-á por ato do Chefe do respectivo Poder Municipal.

Seção II

Da nomeação

Art. 20. A nomeação far-se-á:

I- Em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de provimento efetivo;

II- Em comissão, para cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, assim declarados em lei;

III- Em substituição, no caso da ocorrência de impedimento legal do ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão ou designado para o exercício de função de confiança, poderá, interinamente, ser lotado em outro cargo em comissão ou função de confiança, sem prejuízo das atribuições do cargo ou função que ocupar, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Art. 21. A nomeação em caráter excepcional poderá ocorrer para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos de lei específica, respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 22. A nomeação para cargo público efetivo depende de prévia habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação, o número de vagas e o prazo de validade do referido concurso.

§1º. A nomeação dar-se-á no padrão de vencimento inicial da classe na qual for enquadrado, conforme as condições estabelecidas em lei.

§2º. A nomeação para cargo de provimento efetivo sujeitará o servidor nomeado à apuração do cumprimento dos requisitos do estágio probatório e avaliação de desempenho.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 13 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§3º. Os requisitos de avaliação de desempenho no período de estágio probatório serão regulamentados por decreto.

Seção III

Da Readaptação por Limitação Permanente Funcional

Art. 23. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.

Seção IV

Da Lotação e da Transferência

Art. 24. A lotação dos cargos públicos efetivos nos respectivos quadros de pessoal dos Poderes Municipais será definida em ato infralegal e fica condicionada ao interesse da Administração Pública Municipal.

§1º. A mudança de lotação de cargos e a transferência de servidores entre órgãos e entidades da Administração Pública Municipal somente serão permitidas dentro da mesma classe.

§2º. A transferência de servidor dos termos do *caput* fica condicionada a existência de vaga no órgão ou entidade para o qual o servidor será transferido nos termos da legislação vigente, respeitada a carga horária do cargo ocupado pelo servidor.

Seção V

Da Recondução

Art. 25. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, e decorrerá:

I - Por inabilitação no estágio probatório no cargo em que tenha sido empossado;

II- Reintegração do ocupante anterior.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 14 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observados os dispositivos deste Estatuto.

Seção V

Da Reintegração

Art. 26. Reintegração é a investidura do servidor estável, quando invalidada a sua demissão por sentença judicial ou revisão de processo administrativo disciplinar.

§1º. O servidor será reinvestido no cargo anteriormente ocupado ou no resultante de sua transformação.

§2º. Estando provido o cargo, o seu eventual ocupante será, pela ordem:

I - Reconduzido ao cargo de origem, se houver vaga;

II - Aproveitado em outro cargo, compatível em atribuições e remuneração com seu cargo de origem;

III - Colocado em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Seção VI

Da Reversão

Art. 27. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

I- por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II- no interesse da administração, desde que:

a) tenha solicitado a reversão;

b) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores;

c) haja cargo vago; e

d) seja estável no serviço público.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 15 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§1º. Para a efetivação da reversão é necessário que o Instituto Nacional de Seguro Social tenha acatado, em decisão definitiva, o cancelamento ou a desistência da aposentadoria do servidor.

§2º. A reversão far-se-á no cargo da mesma denominação ou no cargo decorrente de transformação do anteriormente ocupado.

§3º. O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§4º. No caso do *caput*, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga ou por transformação, desde que não implique em aumento de despesas, no âmbito de cada Poder Municipal, mediante ato próprio.

§5º. Não poderá ser concedida a reversão da aposentadoria por invalidez ao aposentado que já tiver completado 75 (setenta e cinco) anos de idade.

Seção VII

Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 28. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço do cargo de origem, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 29. O retorno à atividade, de servidor em disponibilidade, far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. O Serviço de Recursos Humanos informará à autoridade competente que determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade, em vaga que vier a ocorrer no quadro de pessoal do respectivo Poder Municipal.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 16 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 30. O aproveitamento de servidor que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, pela Medicina do Trabalho, condicionado a novos exames, caso necessário.

§1º. Se julgado apto, o servidor assumirá o exercício do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de aproveitamento.

§2º. Verificada a incapacidade definitiva pelo INSS o servidor em disponibilidade será aposentado.

Art. 31. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo em caso de doença comprovada pela Medicina do Trabalho.

Parágrafo único. A hipótese prevista neste artigo configurará abandono de cargo e será apurada, mediante processo administrativo, na forma desta Lei.

Seção VIII

Da Readaptação

Art. 32. Readaptação é o afastamento do servidor, de forma provisória ou permanente, de suas funções para executar tarefas compatíveis com sua limitação física, psíquica ou sensorial, assegurada a continuidade da contagem do tempo de efetivo exercício para todos os efeitos legais, incluindo progressão funcional.

§1º. Durante o período de readaptação, o servidor continuará vinculado ao cargo ou função original para fins de direitos e vantagens, salvo determinação em contrário prevista na legislação específica.

§2º. A readaptação não implicará prejuízo ao desenvolvimento funcional do servidor, incluindo progressões e promoções previstas no plano de carreira.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 17 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 33. O Serviço de Medicina do Trabalho é a unidade competente para analisar e conceder a readaptação dos servidores públicos municipais efetivos que, dependendo da incapacidade laboral, poderá encaminhar o servidor ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para o deferimento dos benefícios de sua competência ou ajustá-lo temporariamente em outra atividade.

§1º. Readaptação é o afastamento temporário do servidor do exercício de sua função, por um período máximo de seis meses, consecutivo ou não, para desempenhar tarefas mais compatíveis com sua capacidade física, psíquica ou sensorial.

§2º. A readaptação será efetivada com base em laudo emitido pelo Serviço da Medicina do Trabalho, quanto à incapacidade do servidor para o exercício das atribuições e tarefas inerentes ao seu cargo ou função, caso não seja concedido ao servidor, pela autarquia previdenciária federal, qualquer dos benefícios previdenciários;

§3º. Ao término do prazo do §1º deste artigo, o médico do trabalho, constatando a persistência da lesão do servidor, poderá encaminhá-lo para nova perícia na autarquia previdenciária federal;

§4º Caso seja indeferido qualquer benefício pela autarquia previdenciária federal, o servidor deverá retornar às suas atividades para o cargo no qual prestou concurso público, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de ser penalizado, nos termos da lei, sem prejuízo da possibilidade de interposição de recurso administrativo ou judicial contra a decisão previdenciária.

Art. 34. Para a concessão da readaptação o servidor deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I- Ser detentor de cargo efetivo

II- Ser estável;

III- Ser julgado incapaz para o exercício de suas funções, mediante laudo do Serviço de Medicina do Trabalho.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 18 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 35. Caso seja verificada a limitação permanente ou irreversível do servidor para exercer as atribuições inerentes ao seu cargo efetivo, o Serviço de Medicina do Trabalho deverá encaminhá-lo para a solicitação de aposentadoria por invalidez perante a autarquia previdenciária federal.

Parágrafo único. Sendo indeferida a aposentadoria tratada no *caput* deste artigo, o servidor deverá retornar às suas atividades para o cargo no qual prestou concurso público, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de ser penalizado, nos termos da lei, sem prejuízo da possibilidade de interposição de recurso administrativo ou judicial contra a decisão previdenciária.

Art. 36. Os demais procedimentos para a readaptação dos servidores municipais poderão ser definidos em regulamento específico de cada um dos Poderes Municipais, observada a legislação previdenciária federal.

Seção IX

Da Progressão Horizontal

Art. 37. A Progressão Horizontal corresponderá a um acréscimo de 3,5% (três e meio por cento) sobre o vencimento do grau inicial (grau "A") e será concedida ao servidor efetivo a cada 03 (três) anos de efetivo exercício, limitada a 12 (doze) graus, desde que satisfaça cumulativamente os seguintes requisitos:

I - Cumprir o interstício mínimo de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, entre uma progressão horizontal e outra;

II- Obter, na média do resultado das 03 (três) últimas avaliações, pelo menos, 70% (setenta por cento) da soma total dos pontos atribuídos aos fatores de avaliação, no processo de Avaliação de Desempenho.

§1º. Para fins de progressão, será considerado como tempo de efetivo exercício o período em que o servidor estiver:

I - No desempenho de suas funções no cargo efetivo de origem;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 19 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

II - Readaptado em outro cargo ou função, em decorrência de limitação física, mental ou sensorial, desde que mantenha vínculo funcional com o município.

III - Formalmente cedido a outro órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, de quaisquer dos entes federativos, desde que preserve o vínculo com o Município e haja o regular exercício de atividades compatíveis com seu cargo.

§2º. Para efeitos deste artigo, o período em que o servidor se encontrar afastado do exercício do cargo não será computado para fins de contagem de tempo, exceto nas situações estabelecidas como de efetivo exercício por esta Lei.

§3º. A readaptação não prejudicará na contagem de tempo para a progressão, desde que o servidor atenda aos demais critérios estabelecidos neste artigo.

§4º. A contagem de tempo para novo período será iniciada no dia seguinte àquele que o servidor houver completado o período anterior.

§5º. A concessão da progressão depende de requerimento expresso por parte do servidor e de ato administrativo concessivo do Chefe do respectivo Poder, a ser publicado no Diário Oficial do Município ou em meio equivalente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, e produzindo efeitos a partir da data do cumprimento dos requisitos.

§6º. O setor de Recursos Humanos terá o prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta Lei, para adaptar seus sistemas para a implantação automática do benefício previsto neste artigo.

§7º. Implementada a concessão automática do benefício, os efeitos financeiros retroagirão à data de cumprimento dos requisitos, mas o início do pagamento poderá ser alterado, mediante despacho fundamentado do Chefe do respectivo Poder, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 38. O período aquisitivo para a aquisição do direito à Progressão Horizontal será interrompido quando o servidor:

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 20 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

I- Sofrer penalidade disciplinar, aplicada em decisão definitiva no âmbito de Processo Administrativo Disciplinar, de natureza média ou grave, conforme previsto no § 7º do artigo 195 desta Lei;

II- Sofrer duas ou mais penalidades disciplinares de natureza leve, conforme previsto no § 7º do artigo 194 desta Lei, dentro do mesmo período aquisitivo, aplicadas em decisões definitivas no âmbito de Processo Administrativo Disciplinar;

III- Faltar injustificadamente ao serviço, no período de um ano, por mais de 06 (seis) dias, continuados ou não, ressalvados as faltas justificadas e consideradas como de efetivo exercício por esta Lei.

IV- Obtiver na avaliação de desempenho nota inferior a 70% (setenta por cento).

§1º. Sempre que ocorrer a interrupção do período aquisitivo, a Administração notificará o servidor acerca do reinício da contagem do prazo para nova progressão.

§2º. Aplicada a interrupção prevista neste artigo, inicia-se no dia seguinte a nova contagem do período para fins de obtenção da Progressão Horizontal.

Art. 39. O acréscimo pecuniário adquirido pela Progressão Horizontal incorpora-se ao vencimento do servidor.

Art. 40. Caso não alcance a média prevista para obtenção do benefício, o servidor permanecerá no grau de vencimento em que se encontra, devendo, novamente cumprir o interstício de 03 (três) anos de efetivo exercício nesse grau, para efeito de nova apuração de merecimento.

§1º. A decisão da avaliação será comunicada pela Administração com a devida fundamentação, facultando ao servidor manifestar eventual discordância no prazo de 15 (quinze) dias.

§2º. A ausência de manifestação do servidor no prazo estabelecido no §1º, após regularmente intimado da decisão ali prevista, será interpretada como concordância com a manutenção de sua posição na carreira.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 21 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§3º. Na hipótese de a Administração Pública não realizar a avaliação de desempenho no tempo oportuno, o requisito de merecimento será considerado preenchido para fins de progressão, desde que o servidor tenha cumprido o interstício temporal e não se enquadre nas demais hipóteses de interrupção previstas no art. 38.

CAPÍTULO III

DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Seção I

Da Posse

Art. 41. Posse é o ato pelo qual a pessoa é investida em cargo público no quadro de pessoal do Município, mediante assinatura no termo de posse, juntamente com a autoridade competente, com declaração de aceitação expressa das atribuições, responsabilidades, deveres e direitos inerentes ao cargo público, com o compromisso de desempenhá-las com probidade e observância das normas regulamentares.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado no cargo público municipal aquele que for julgado apto, física, mental e psicologicamente, para o exercício das atribuições do cargo e/ou função, pela Medicina do Trabalho.

Art. 42. No ato da posse o servidor deverá comprovar o atendimento de todos os requisitos exigidos na legislação e no edital do concurso para o provimento do cargo e exercício da função.

Parágrafo único. Os documentos e exames exigidos para posse serão estabelecidos por Decreto expedido pelo Chefe do Executivo, e deverão ser compatíveis com as exigências do cargo.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 22 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 43. A posse, atendidas todas as exigências legais, ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 15 (quinze) dias, mediante solicitação fundamentada do interessado e deferimento da autoridade competente.

§1º. Mediante decisão fundamentada do Chefe do respectivo Poder Municipal, o prazo para posse poderá ser reduzido para 5 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 5 (cinco).

§2º. O ato de provimento será tornado sem efeito se a posse não ocorrer nos prazos previstos neste artigo.

§3º. Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de nomeação ou de provimento, em licença, incapacidade temporária ou afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento, observado o prazo final de vigência do concurso.

§4º. A posse poderá ocorrer mediante procuração com poderes específicos, lavrada por instrumento público.

§5º. Só haverá posse nos casos de provimento por nomeação.

Seção II

Do Exercício

Art. 44. Exercício é o efetivo desempenho pelo servidor empossado das atribuições do cargo público e/ou função de confiança em que foi investido.

Parágrafo único. A autoridade competente, para onde for nomeado ou designado o servidor, dar-lhe-á o respectivo exercício.

Art. 45. O prazo para o servidor empossado entrar em exercício será de 15 (quinze) dias, contados da data da posse, prorrogáveis por mais 15 (quinze), mediante solicitação fundamentada do interessado e deferimento da autoridade competente.

§1º. Mediante decisão fundamentada do Chefe do respectivo Poder Municipal, o prazo para entrar em exercício poderá ser reduzido para 5 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 5 (cinco).

§2º. Será exonerado do cargo ou tornará sem efeito o ato de designação para função de confiança, do servidor que não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 23 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 46. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão cadastrados no registro funcional.

Parágrafo único. Os efeitos financeiros e funcionais da investidura no cargo e função vigorarão a partir da data de início do seu exercício.

Art. 47. O órgão competente manterá atualizado o registro cadastral dos dados funcionais do servidor, até a data em que o mesmo deixar o cargo ou função.

Art. 48. Para todos os efeitos, salvo aposentadoria, o tempo de efetivo exercício em cargo público será interrompido quando o servidor assumir um novo cargo público efetivo, sendo reiniciado na posse do novo cargo.

CAPÍTULO IV

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DA ESTABILIDADE

Seção I

Da Avaliação do Estágio Probatório

Art. 49. O servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficará sujeito a estágio probatório por um período de 03 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliações de desempenho, nos termos do regulamento expedido pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 50. Durante o estágio probatório, a aptidão e a capacidade do servidor serão objeto de avaliação quanto aos seguintes fatores:

I- Assiduidade;

II- Disciplina;

III - Capacidade de iniciativa;

IV - Produtividade;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 24 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

V- Responsabilidade.

§ 1º. Os critérios de avaliação, pontuação, penalidades, homologação e demais matérias do estágio probatório serão regulamentados por Decreto.

§ 2º. É assegurada ao servidor a ciência de todos os resultados de suas avaliações no período do estágio probatório, inclusive dos eventuais pedidos de reconsideração, visando assim garantir o exercício do contraditório e ampla defesa.

Art. 51. Não será permitida a cessão de servidor em estágio probatório.

Art. 52. O servidor estabilizado pelo art. 19 do ADCT da Constituição Federal que for aprovado em concurso público para o mesmo cargo no qual se tornou estável, estará dispensado do estágio probatório.

Seção II

Da Estabilidade

Art. 53. O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo adquirirá a condição de estável no serviço público municipal, após três anos e se atingir resultado satisfatório na avaliação do estágio probatório, nos termos do Decreto regulamentador.

Art. 54. O servidor estável perderá o cargo do qual seja titular, somente:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II- mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada contraditório e ampla defesa;

III- por meio de procedimento de avaliação, que aponte insuficiência de desempenho, na forma do regulamento, assegurada ampla defesa.

§1º. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, nos termos da Constituição Federal.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 25 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§2º. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§3º. Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho, por Comissão instituída para essa finalidade, conforme Decreto regulamentador.

§4º. A demissão do servidor estável ou a cassação de sua aposentadoria somente será aplicada nos casos de dolo ou culpa grave, e desde que configurado prejuízo significativo ao erário, à ordem administrativa ou à função pública.

CAPÍTULO V

DA CARGA HORÁRIA E DA FREQUÊNCIA

Seção I

Da Jornada de Trabalho e do Expediente Diário

Art. 55. A jornada de trabalho corresponde ao período em que o servidor está obrigado a cumprir as tarefas que lhe foram atribuídas pela Administração Municipal.

§1º. Os servidores cumprirão jornada máxima de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, realizada em dois expedientes diários, ou em unidades organizacionais com funcionamento contínuo, em turnos de revezamento ou jornada de trabalho especial, assegurado o intervalo para alimentação, na forma desta Lei.

§2º. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda 4 (quatro) horas e não ultrapasse 6 (seis) horas, será obrigatória a concessão de um intervalo de 15 (quinze) minutos para repouso ou alimentação.

§3º. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, de no mínimo de 1 (uma) hora, não podendo exceder 2 (duas) horas.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 26 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§4º. Nas jornadas contínuas iguais ou superiores a 12 (doze) horas devem ser observadas os intervalos de repouso ou alimentação previstas nas normas de saúde e segurança do trabalho.

§5º. Os intervalos de repouso ou alimentação não serão computados na duração do trabalho.

§6º. Os planos de cargos e vencimentos poderão fixar carga horária semanal inferior à estabelecida no parágrafo primeiro, considerada a natureza das funções e a legislação federal que determine horário especial aplicável à profissão regulamentada.

§7º. O exercício de cargo em comissão ou função de confiança exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração Pública Municipal.

§8º. O tempo despendido pelo servidor desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho.

§9º. Assegura-se às pessoas com deficiência o direito a uma jornada de trabalho especial, que será estabelecida no Plano de Cargos e Vencimentos.

§10. Ao servidor que tenha sob sua dependência econômica e familiar pessoa com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial, que necessite de cuidados contínuos e permanentes, será assegurada, mediante requerimento formal e comprovação por laudo médico-pericial emitido por junta médica oficial, a redução de sua jornada de trabalho em até 50% (cinquenta por cento), sem prejuízo da remuneração e demais direitos, vedada a exigência de compensação de horário.

§11. Para fins do disposto no §10, considera-se dependente:

a) o cônjuge ou companheiro;

b) o filho ou enteado, menor de idade ou maior incapaz;

c) o menor ou maior incapaz, sob guarda judicial ou tutela;

d) os pais ou avós que não possuam meios próprios de subsistência e estejam sob cuidados diretos do servidor;

e) outra pessoa sob curatela judicial do servidor.

§12. A concessão do benefício de que trata o §10 estará condicionada:

I- à apresentação de documentação comprobatória do vínculo e da dependência econômica;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG

Pág.: 27 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

II- à emissão de laudo circunstanciado por junta médica oficial, com descrição da deficiência e do grau de necessidade de cuidados;

III- à reavaliação periódica, a cada 12 (doze) meses ou em prazo inferior, quando houver indícios de alteração da situação fática;

§ 13. O servidor deve comunicar imediatamente à Administração, a ocorrência de qualquer mudança que implique na cessação da dependência ou da necessidade de cuidados.

§ 14. A declaração falsa ou o uso indevido do benefício sujeitarão o servidor às penalidades administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive com a reposição ao erário dos valores percebidos indevidamente.

§15. A aplicação da redução prevista no §10º poderá ser disciplinada por ato normativo próprio.

Art. 56. A jornada de trabalho do servidor municipal poderá ser prolongada, extraordinariamente, por imperiosa necessidade do serviço ou motivo de força maior que justifique a medida.

§1º. O servidor deverá permanecer no serviço, durante o expediente diário e, se convocado, estar presente para realizar trabalhos em horas excedentes.

§2º. Nos dias úteis, somente por determinação do Chefe do Executivo, poderão deixar de funcionar os órgãos, as entidades e os serviços públicos municipais ou serem suspensos os seus trabalhos, no todo ou em parte.

Art. 57. Nas unidades organizacionais que prestam serviços públicos essenciais continuamente, o expediente será cumprido em turnos de revezamento ou em jornadas de trabalho especiais, para atendimento adequado à população, sob os regimes especificados abaixo, e outros que porventura se fizerem necessários, mediante regulamento específico:

I - 12 (doze) horas contínuas de trabalho e 36 (trinta e seis) horas contínuas de descanso;

II- 24 (vinte e quatro) horas contínuas de trabalho e 48 (quarenta e oito) horas contínuas de descanso.

§1º. O descanso semanal dos servidores, que trabalham em turnos de revezamento ou em jornadas de trabalho especiais, será estabelecido de forma que o servidor tenha assegurado, pelo menos, um domingo de descanso semanal por mês.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 28 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§2º. Em virtude de adoção de turnos de revezamento ou jornadas de trabalho especiais, o servidor fará jus ao vencimento proporcional de seu cargo de acordo com a carga horária efetivamente trabalhada no mês.

Art. 58. A jornada ordinária de trabalho dos servidores municipais é de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, salvo previsão diversa em lei ou no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, em razão da natureza e peculiaridade das atribuições do cargo.

§1º. Poderá ser fixada carga horária diferenciada para categorias funcionais específicas, de acordo com a natureza, peculiaridades ou necessidade do serviço público, desde que expressamente prevista em lei ou no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

§2º. Caberá à Administração Municipal compatibilizar as jornadas de trabalho com as atribuições e responsabilidades dos cargos e funções, mediante regulamentação própria, observados os princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e proteção à saúde do trabalhador.

§ 3º. A Administração Municipal poderá, mediante ato regulamentar do Chefe do Poder Executivo, instituir modalidades de jornada de trabalho remoto ou híbrido (home office) para determinadas categorias de servidores, desde que compatível com a natureza das atribuições do cargo e observados os princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e do interesse público, bem como as metas de desempenho e os mecanismos de controle definidos no respectivo regulamento.

Art. 59. A jornada de trabalho dos servidores estabelecida em quantidade inferior à prevista no *caput* do artigo 58, poderá ser ampliada para 40 (quarenta) horas semanais, a critério da Administração Pública, para atender a necessidades específicas do serviço.

§1º. A ampliação da jornada de que trata o *caput* poderá ter caráter temporário ou definitivo, e dependerá sempre de despacho fundamentado do Chefe do respectivo Poder, que deverá justificar o interesse público na medida, e de aceitação expressa do servidor.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 29 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§2º. A alteração da carga horária implicará no aumento do vencimento base do servidor, de forma proporcional ao acréscimo da jornada em relação ao seu cargo, garantindo-se a irredutibilidade do valor da hora de trabalho.

§3º. No ato que alterar temporariamente a jornada de trabalho do servidor deverá constar expressamente o prazo de duração da alteração, podendo ser prorrogado ou reduzido mediante despacho fundamentado do Chefe do respectivo Poder.

§4º. A prorrogação da alteração temporária da jornada de trabalho dependerá sempre de aceitação expressa do servidor.

§5º. O servidor que tiver sua jornada de trabalho temporariamente ampliada nos termos deste artigo poderá, a qualquer tempo, solicitar o retorno à sua jornada original, ficando o deferimento condicionado à análise de conveniência e oportunidade pela Administração.

Seção II

Da Frequência

Art. 60. Registro de frequência é o meio pelo qual os servidores públicos municipais registrarão diariamente as respectivas frequências, permanecendo nos seus locais de trabalho executando, contínua e produtivamente, os serviços de que forem incumbidos, cuja regulamentação ocorrerá por meio de decreto.

§1º. O registro da frequência será feito e controlado por meios manuais, mecânicos e eletrônicos, através de folha de presença, cartão de ponto, relógios ou ponto digital, devendo o servidor adequar-se ao mecanismo adotado por cada unidade.

§2º. Ponto é o registro pelo qual permitirá verificar, diariamente, os horários de entrada e saída do servidor, bem como as saídas durante o expediente diário.

§3º. Nos registros de ponto deverão ser lançados todos os elementos necessários à apuração da frequência mensal, das ausências, das impontualidades e do trabalho em horas excedentes, para fim de redução ou acréscimo na remuneração mensal.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 30 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§4º. As horas excedentes poderão ser utilizadas para pagamento de adicional por serviço extraordinário ou repassadas ao banco de horas, para compensação anual, mediante ausências abonadas.

Art. 61. É necessário o registro diário de ponto e pleno cumprimento da carga horária diária ou semanal de servidor, salvo nos casos expressamente previstos em decreto.

Art. 62. Será concedida tolerância de até sessenta minutos por mês, considerando os atrasos e adiantamentos, as saídas antecipadas, postergadas ou ausências durante o expediente, não computando, neste caso, nenhum desconto ou acréscimo sobre a remuneração.

§1º. O atraso, a saída antecipada ou a ausência no dia de serviço ou durante o expediente, por período superior a sessenta minutos implicará em descontos na remuneração do servidor, nos seguintes termos:

I- fração proporcional à jornada diária de trabalho

II- remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo motivo legal.

§2º. Excepcionalmente, apenas para elidir efeitos disciplinares, poderá ser aceita justificativa de ausência ao serviço por decisão de autoridade competente, sem qualquer efeito financeiro.

Art. 63. Cabe à Administração Municipal regulamentar a aplicação de disposições desta Seção, dispondo, em especial, sobre o controle, a apuração e o registro da frequência diária dos servidores, bem como o quadro de horários das unidades organizacionais e dos cargos que poderão cumprir carga horária especial de trabalho.

CAPÍTULO VI

DO TEMPO DE SERVIÇO E EFETIVO EXERCÍCIO

Art. 64. A apuração do tempo de serviço, para fim de concessão de direitos funcionais, será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Parágrafo único. Os dias de efetivo exercício no Município serão apurados, mediante documentação própria, que comprove a frequência do servidor.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 31 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 65. Será considerado para os efeitos previstos nesta lei como tempo de efetivo exercício, os correspondentes aos afastamentos por motivo de:

I- férias;

II - exercício de cargo em comissão e/ou função de confiança;

III- cessão do servidor efetivo a outro órgão ou entidade federal, estadual, municipal ou distrital;

IV- casamento e luto;

V- férias-prêmio;

VI- licença à gestante ou adotante;

VII- licença paternidade;

VIII- licença para tratamento de saúde, observado o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses de afastamento contínuo ou intercalado, ressalvados os casos de benefício previdenciário que importe na cessação do vínculo funcional;

IX- acidente em serviço;

X- licença por motivo de doença em pessoa da família;

XI - licença para mandato classista, exceto para implementação e recebimento de benefícios por tempo de serviço;

XII- suspensão preventiva se inocentado no final;

XIII- convocação para serviço militar ou encargo da segurança nacional;

XIV- júri e outros serviços obrigados por lei;

XV- os dias de folga concedidos aos servidores nomeados para compor as mesas receptoras ou juntas eleitorais;

XVI- faltas abonadas;

XVII- candidatura a cargo eletivo, durante o lapso de tempo entre o registro da candidatura eleitoral e até cinco dias úteis após as eleições;

XVIII- desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, exceto para implementação e recebimento de benefícios por tempo de serviço;

XIX- períodos de descanso semanal e em dias de ponto facultativo e feriado;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 32 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

XX- participação em programa de treinamento instituído e autorizado pelo respectivo órgão ou repartição municipal;

XXI - designação, por ato formal da autoridade competente, para desempenho de atividades em órgão ou entidade da Administração Pública municipal, estadual, distrital ou federal, ou em entidade conveniada, em razão de excepcional interesse público, desde que mantido o vínculo com o Município.

Art. 66. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

I- o tempo de serviço público prestado ao Governo Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

II- a licença para atividade política;

III- o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, Estadual, Municipal ou Distrital, anterior ao ingresso no serviço público municipal;

IV- o tempo de serviço em atividade privada vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Parágrafo único. É vedada a contagem cumulativa do tempo de serviço prestado simultaneamente em mais de um cargo ou função dos órgãos públicos.

CAPÍTULO VII

DA VACÂNCIA

Art. 67. A vacância do cargo ou emprego público decorrerá de:

I- Exoneração, a pedido ou de ofício;

II- Rescisão contratual, nos casos de vínculo celetista;

III- Demissão ou dispensa, nos termos das leis aplicáveis ao regime;

IV- Readaptação;

V- Aposentadoria;

VI- Posse em outro cargo inacumulável;

VII- Falecimento;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 33 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

VIII- Promoção.

Art. 68. A exoneração de cargo efetivo ocorrerá:

I- De ofício;
II- A pedido do servidor.

Art. 69. A exoneração de ofício será aplicada:

I- quando o servidor tiver resultado insatisfatório no estágio probatório, nas avaliações parciais, extraordinárias ou na final, conforme norma regulamentadora.
II- quando o servidor não entrar no exercício do cargo em que foi empossado, dentro do prazo fixado nesta lei;
III- ao servidor efetivo não estável, por justificada necessidade da Administração, em conformidade com o disposto no Inciso II do §3° do art. 169 da Constituição Federal.

IV- no caso de aposentadoria do servidor junto ao regime geral de previdência social.

Art. 70. Em caso de exoneração a pedido do servidor, tratando-se de serviço essencial, este deverá desempenhar suas funções, regularmente, por até quinze dias, a critério da chefia imediata, sob pena de desconto no valor correspondente aos dias não trabalhados do montante eventualmente devido, em virtude da exoneração solicitada.

Parágrafo único. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e/ou cumprimento da penalidade, porventura aplicada.

Art. 71. A exoneração de ocupante de cargo em comissão dar-se-á:

I - a critério da autoridade competente;
II- a pedido do próprio servidor.

Art. 72. A vacância ocorrerá na data:
I- da vigência do ato de aposentadoria, exoneração, demissão ou readaptação;
II- do falecimento do ocupante do cargo.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 34 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 73. A demissão é ato punitivo que extingue o vínculo funcional e a titularidade de cargo, e será aplicada em decorrência de:

I- abandono de cargo, caracterizado pela ausência injustificada ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

II- inassiduidade habitual, quando o servidor faltar ao serviço por mais de 60 (sessenta) dias, intercalados, no período de 12 (doze) meses;

III- falta grave que configure dolo ou culpa grave, devidamente comprovada em processo administrativo disciplinar;

IV- sentença judicial transitada em julgado;

V- mediante procedimento de avaliação de desempenho, na forma prevista no inciso III do §1º do art. 41 da Constituição Federal, a ser regulamentado por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A aplicação de penalidades mais graves, como demissão e destituição de cargo em comissão, deverá ser fundamentada na gravidade da conduta, dolo ou culpa grave, proporcionalidade e análise do histórico funcional do servidor.

CAPÍTULO VIII

DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 74. Os servidores investidos em cargo de função de confiança e os ocupantes de cargo em comissão poderão ser substituídos nas hipóteses de gozo de licença, férias, impedimentos legais ou outros afastamentos previstos nesta Lei ou regulamento, através de ato do Poder Executivo Municipal.

§1º. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo em comissão ou função de confiança nos casos previstos no *caput*, pagos na proporção dos dias referentes a todo o período de efetiva substituição.

§2º. A substituição remunerada dependerá de ato da autoridade competente para nomear ou designar, exceto nas substituições previstas em lei ou regulamento.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 35 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§3º. Em caso excepcional, atendida a conveniência da Administração, o titular de cargo de direção ou chefia poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, como substituto para outro cargo da mesma natureza, até que se verifique a nomeação ou designação do titular, percebendo neste caso, o vencimento do cargo de maior valor.

§4º. A vacância do cargo faz cessar automaticamente os efeitos da substituição.

TÍTULO III

DOS DIREITOS, VANTAGENS E BENEFÍCIOS FINANCEIROS

CAPÍTULO I

DO VENCIMENTO E DIREITOS FINANCEIROS

Art. 75. Os direitos e benefícios dos servidores municipais serão definidos conforme o regime jurídico ao qual estão vinculados.

§1º. Os servidores estatutários terão direito a vencimento, adicionais, licenças e benefícios previstos neste Estatuto.

§ 2º. Vencimento ou subsídio é a retribuição pecuniária mensal pelo exercício de cargo público, nunca inferior a um salário-mínimo, reajustado periodicamente, de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, sendo vedada a sua vinculação ou equiparação para qualquer fim, conforme símbolos, padrões e referências fixadas em lei.

§3º. O vencimento, acrescido de vantagens de função ou pessoais de caráter permanente, é irredutível.

§4º. O subsídio constitui a parcela única devida a servidores investidos em cargo de agente político, sendo vedada a percepção concomitante de qualquer acréscimo financeiro com natureza de adicional, gratificação, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória assemelhada.

§5º. Será assegurada isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza, ao

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 36 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

local do trabalho, bem como ao resultado de classificação e premiação em avaliação de desempenho.

§6º. Os empregados públicos terão direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluindo salários, férias, 13º salário e FGTS.

§7º. As vantagens adicionais, como insalubridade, periculosidade e gratificações, serão concedidas conforme o regime aplicável e regulamentação específica.

Art. 76. Remuneração mensal corresponde ao subsídio ou ao vencimento acrescido das vantagens financeiras de natureza pessoal, de função, de serviço, indenizatórias e os auxílios monetários.

Art. 77. O servidor perderá a remuneração nas seguintes hipóteses:

I- do dia em que faltar ao serviço sem justificativa e fundamento legal;

II- do dia destinado ao repouso semanal, do feriado ou do dia em que não houver expediente, na hipótese de faltas sucessivas ou intercaladas na semana que os anteceder.

§1º. As faltas ao serviço de que trata o *caput* deste artigo, não poderão exceder a três dias no mês, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei.

§2º. O servidor perde a remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, que somadas forem superiores a sessenta minutos por mês, conforme disposto nesta lei.

Art. 78. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

§1º. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da Administração Pública, na forma definida em legislação específica.

§2º. No caso de autorização do servidor poderá ser efetuado desconto em folha de pagamento em favor de entidade sindical ou órgãos conveniados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, na forma estabelecida em legislação específica.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 37 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 79. O servidor que tiver creditado, a seu favor, valor superior ao legalmente devido, deverá comunicar o fato à unidade de trabalho competente, para fim de restituição do valor creditado indevidamente.

§1º. Caso o crédito seja originário de erro da Administração Pública Municipal, a restituição, reposição ou indenização ao Tesouro Municipal será descontada em parcelas mensais, quando couber, as quais não poderão ultrapassar 10% (dez por cento) do valor da remuneração percebida pelo servidor.

§2º. Caso o erro da Administração Municipal seja constatado em até 30 (trinta) dias, contados da data do crédito, a restituição, reposição ou indenização ao Tesouro Municipal será realizada integralmente de uma única vez.

§3º. As reposições e indenizações de importância recebida indevidamente pelo servidor, nos casos comprovados de dolo, fraude ou má-fé, deverão ser feitas de uma só vez, corrigido o valor monetariamente pelo índice de inflação oficial apurado nos 12 (doze) meses anteriores, contados da data do efetivo pagamento da reposição ou indenização, independente da aplicação de outras penalidades legais.

§4º. Será responsabilizado, administrativamente, o servidor que não comunicar o recebimento de crédito indevido.

Art. 80. O servidor em débito com o erário municipal, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá eventual crédito a receber da rescisão compensado, recebendo o valor remanescente.

§1º. Caso o crédito da rescisão não seja suficiente para abater o seu débito junto à Administração Municipal, o servidor terá o prazo de 30 (trinta) dias para quitar o restante da dívida.

§2º. O débito previsto no §1º deverá ser quitado por meio de Documento de Arrecadação Municipal, expedido pelo órgão competente.

§3º. A não quitação do débito no prazo previsto implicará em execução de medidas cabíveis ao caso, em especial a execução fiscal de dívidas não tributárias.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 38 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 81. O vencimento, a remuneração, o subsídio e o provento não serão objetos de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de decisão judicial.

Art. 82. A cada um dos cargos de provimento efetivo que compõem as classes do Quadro de Pessoal corresponde um vencimento básico conforme o Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores do respectivo Poder Municipal.

§1º. O vencimento básico de um cargo efetivo é a retribuição pecuniária mínima devida ao servidor pelo exercício do cargo.

§2º. Além do vencimento básico, o servidor que ocupar qualquer um dos cargos efetivos que constituem as classes do Quadro de Pessoal, fará jus à percepção das vantagens pecuniárias estabelecidas por lei.

Art. 83. A remuneração dos cargos em comissão e das funções de confiança será regulada por lei específica.

Art. 84. A revisão geral dos vencimentos estabelecidos para os cargos de provimento efetivo, bem como para os cargos de provimento em comissão, deverá ser efetuada anualmente, por lei específica, sempre na mesma data e sem distinção de índices, conforme o disposto no art. 37, inciso X da Constituição Federal.

Parágrafo único. A revisão dos vencimentos será efetuada levando-se em consideração as limitações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal para gastos com pessoal, bem como as condições financeiras e orçamentárias do Município.

Art. 85. A remuneração dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração Direta e Indireta dos membros de qualquer dos poderes do município e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidas cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal em espécie do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. No caso da remuneração dos membros da Advocacia Pública Municipal serão aplicadas as disposições previstas no art. 37, XI, da Constituição Federal adotando-se como limite o valor do subsídio dos Desembargadores Estaduais.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 39 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

CAPÍTULO II

DAS

VANTAGENS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 86. Além do vencimento e da remuneração, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I- gratificações;

II- adicionais;

Parágrafo único. As gratificações e adicionais somente se incorporarão ao vencimento ou provento nos casos e condições estabelecidos em lei.

Art. 87. As vantagens previstas no artigo anterior não serão computadas nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Seção II

Das Gratificações e Adicionais

Subseção I

Das Modalidades

Art. 88. Os servidores terão direito às seguintes gratificações e adicionais:

I- gratificação natalina;

II- adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas e penosas;

III- adicional pela prestação de serviço extraordinário;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 40 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

IV- adicional noturno;

V- adicional de férias;

VI- gratificação especial aos servidores públicos municipais que trabalharem, de forma excepcional;

VII- adicional de qualificação.

Subseção II

Da Gratificação Natalina

Art. 89. A gratificação natalina, ou décimo terceiro salário, corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a ser paga ao servidor no mês de dezembro, proporcionalmente, a cada mês trabalhado, no respectivo ano.

§1º. A fração igual ou superior a quinze dias será considerada como mês integral.

§2º. As vantagens variáveis incidentes para a gratificação prevista no *caput,* percebidas durante o período aquisitivo, compõem a base de cálculo pela média dos valores recebidos, considerados para tanto, os doze meses do ano.

§3º. A gratificação natalina será estendida aos inativos e pensionistas, com base nos proventos e pensões que perceberem, cujo valor corresponderá ao do mês de dezembro.

§4º. A gratificação natalina será creditada até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano, podendo a Administração Pública Municipal proceder ao adiantamento do benefício, por ocasião das férias, ou mediante critério específico, regulamentado por ato administrativo.

Art. 90. O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 91. A gratificação natalina não será considerada para fins de cálculo de qualquer vantagem pecuniária, salvo disposição legal específica.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 41 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Subseção III

Dos Adicionais de Insalubridade, Penosidade e de Periculosidade

Art. 92. Os servidores que trabalham em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas e com risco de vida, fazem jus aos adicionais caracterizados abaixo:

I- adicional de Periculosidade: Atribuída pelas condições que coloca o servidor, frequentemente, em risco de vida, em razão de métodos do trabalho classificados como perigosos;

II- adicional de Insalubridade: Conferida pelo exercício das atribuições, em caráter habitual e permanente, em condições que exponha o servidor a agentes nocivos à saúde, considerados a natureza e a intensidade dos agentes e do tempo de exposição aos seus efeitos.

III- adicional de Penosidade: Conferida aos servidores no efetivo exercício de atividades consideradas penosas nos termos da legislação.

§1º. O servidor que ficar exposto às condições que justificam o pagamento dos adicionais destacados nos incisos do *caput* será remunerado somente por um deles, considerando, para tanto, o de maior incidência e de intensidade na jornada de trabalho.

§2º. O direito à percepção de um dos adicionais cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa ao seu pagamento, em conformidade com parecer técnico do órgão competente.

§3º. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais referidos neste artigo, sendo removida para local salubre e em serviço não perigoso.

Art. 93. A Administração Municipal deverá, de forma própria ou por intermédio de contratação de terceiros, elaborar laudos técnicos exigidos pela legislação para verificação e caracterização dos ambientes e riscos das condições de trabalho dos servidores públicos municipais.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 42 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Parágrafo único. O laudo técnico deverá ser atualizado periodicamente ou caso haja alguma mudança significativa na legislação ou nas funções desenvolvidas pelos servidores municipais.

Art. 94. A concessão e a cessação dos adicionais serão efetivadas com base nas conclusões técnicas contidas no respectivo laudo.

§1º. O adicional será devido ao servidor a partir da elaboração do laudo técnico que estabeleça essa determinação.

§2º. Se for verificada situação de insalubridade ou periculosidade não prevista no laudo técnico, poderá a administração, mediante requerimento do servidor, realizar perícia junto ao órgão competente, para determinar as reais condições de insalubridade ou periculosidade.

§3º. Na hipótese do parágrafo anterior, caso constatada a insalubridade ou periculosidade, o adicional será devido a partir da data do requerimento.

Art. 95. Os percentuais e a base de cálculo dos adicionais de insalubridade ou periculosidade serão previstos em lei e concedidos em obediência a critérios e situações definidas em regulamento específico, aprovado pelo Chefe do Executivo, elaborado com base em normas específicas sobre a matéria.

Parágrafo único. Os adicionais de insalubridade terão seus valores revistos em função da adoção de medidas para a redução de incidência dos riscos, conforme estudos que deverão ser feitos regularmente pela Administração Municipal, em articulação com o órgão competente.

Subseção IV

Do Banco de Horas

Art. 96. A Administração Pública Municipal utilizará o mecanismo de compensação das horas excedentes prestadas com sua autorização, sendo denominado "Banco de Horas".

Art. 97. O banco de horas consiste na compensação do excesso de horas em um dia, pela diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite de dez horas diárias.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 43 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art.98 Os procedimentos necessários para o banco de horas serão regulamentados por ato do Chefe do respectivo Poder.

Subseção V

Do Adicional Noturno

Art. 99. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor/hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como sendo de cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre o valor da hora normal de trabalho acrescido do respectivo percentual de extraordinário.

Subseção VI

Do Adicional de Férias

Art. 100. Deverá ser pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) do valor de sua remuneração.

Art. 101. O servidor em regime de acumulação legal perceberá o adicional de férias, calculado sobre a remuneração de cada um dos cargos, cujo período aquisitivo lhe garanta o gozo delas.

Parágrafo único. O gozo de férias e o respectivo recebimento de adicional de 1/3 (um terço) serão regulados em Decreto.

Subseção VI

Da gratificação especial

Art. 102. Excepcionalmente poderá ser concedida Gratificação Especial aos servidores públicos municipais, efetivos ou comissionados, que forem designados para atuar em

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 44 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

eventos oficiais, plantões ou serviços extraordinários de caráter eventual, desde que previamente convocados e devidamente escalados pela Administração.

§1º. A Gratificação Especial terá caráter transitório e não se incorporará à remuneração do servidor para quaisquer efeitos, inclusive aposentadoria e pensões.

§2º. O valor, critérios de concessão e limites da Gratificação Especial serão fixados em regulamento próprio, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§3º. A percepção da Gratificação Especial não afasta o direito ao gozo de folgas compensatórias quando previstas em regulamento, podendo a Administração optar por uma ou outra forma de compensação, de acordo com a conveniência e oportunidade do serviço público.

Subseção VII

Do Adicional de Qualificação

Art. 103. Fica instituído o Adicional de Qualificação destinado aos servidores efetivos, detentores de cargos de nível superior, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos academicamente por meio de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, mestrado e doutorado em áreas relacionadas ao cargo público de que é titular.

§1º. O Adicional de Qualificação será devido nos seguintes percentuais, incidentes sobre o salário-base do servidor:

I - 10% (dez por cento), em se tratando de certificado de pós-graduação, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, compatível com a área de atuação funcional;

II – 20% (vinte cento) em se tratando de título de Mestre compatível com a área de atuação funcional;

III - 30% (trinta por cento) em se tratando de título de Doutor compatível com a área de atuação funcional;

§2º. O servidor não poderá receber o adicional de qualificação por mais de um certificado ou título da mesma categoria dentre as previstas nos incisos I, II, III do § 1º deste artigo, podendo

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG

Pág.: 45 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

ser cumulado apenas um certificado ou título por cada uma das categorias, desde que apresentada a nova qualificação.

§3º. O adicional de que trata este artigo não será concedido quando o curso constituir requisito para ingresso no cargo.

§4º. Para efeito do disposto neste artigo, serão considerados somente os cursos e as instituições de ensino reconhecidos pelo Ministério da Educação, na forma da legislação.

§5º. Em nenhuma hipótese o Adicional de Qualificação será pago aos servidores contratados temporariamente e aos comissionados sem vínculo efetivo.

§6º. O adicional de qualificação será devido a partir do protocolo do requerimento que apresentar o título, diploma ou certificado.

§7º. O servidor que possuir dois cargos efetivos acumuláveis deverá escolher sobre qual dos vencimentos irá incidir o adicional de qualificação, caso ambos os cargos sejam relativos à matéria da qualificação, sendo vedado a percepção de dois adicionais pelo mesmo título.

§8º. O servidor efetivo que estiver exercendo cargo comissionado ou função gratificada continuará recebendo o adicional de qualificação, desde que tenha feito a opção de vencimento do seu cargo efetivo.

TÍTULO IV

DOS DIREITOS FUNCIONAIS

CAPÍTULO I

DAS FÉRIAS ANUAIS

Art. 104. Aos servidores serão garantidos 25 (vinte e cinco) dias úteis de férias, após doze meses de efetivo serviço, na forma da Lei, sem prejuízo dos vencimentos, observada a escala que for organizada pela chefia superior e na seguinte proporção:

I - vinte e cinco dias úteis quando não houver faltado ao serviço mais de cinco dias;

II - vinte dias úteis, quando houver faltado ao serviço de seis a quatorze dias;

III - quinze dias úteis, quando houver faltado ao serviço de quinze a vinte e três dias;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 46 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

IV - dez dias úteis, quando houver faltado ao serviço de vinte e quatro a vinte e nove dias.

§1º. As faltas ao serviço são as ausências registradas durante o período aquisitivo das férias, não abonadas ou não justificadas.

§2º. Os períodos de férias anuais serão contados como de efetivo exercício, para todos os efeitos.

§3º. Não terá direito a férias anuais o servidor que, no curso do período aquisitivo, permanecer em gozo de licença por mais de 30 (trinta) dias ou que tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de seis meses, mesmo que descontínuos.

§4º. É facultado ao servidor converter um terço das férias em abono pecuniário, mediante requerimento formal, realizado com antecedência de pelo menos sessenta dias do gozo de suas férias.

§5º. Para deferimento do abono do parágrafo anterior, a Administração levará em consideração a legislação orçamentária e a disponibilidade financeira do Município.

§6º. O período de férias poderá ser fracionado, a requerimento do servidor público e no interesse da Administração, conforme regulamentação expedida por Decreto, que disciplinará condições, procedimentos e prazos para a fruição fracionada de férias.

§7º. O pagamento do adicional de férias previsto no artigo 7º, XVII, cumulado com o artigo 39, § 3º, ambos da Constituição Federal ("um terço de férias"), será efetuado no mês em que o servidor irá gozar o seu primeiro período de férias.

§8º. O servidor só poderá gozar as férias após a edição da Portaria que a concede.

Art. 105. Todo servidor do magistério terá direito, após cada período de 12 (doze) meses de exercício, ao gozo de 01 (um) período de férias, nos termos do inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal, observadas as seguintes condições:

I - 45 (quarenta e cinco) dias anuais, sendo 30 (trinta) dias consecutivos gozados no período de férias escolares e os 15 (quinze) dias restantes na forma de recessos, de acordo com o calendário escolar, observadas as conveniências didáticas e administrativas da unidade escolar e do Sistema de Ensino, quando se tratar de:

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG

Pág.: 47 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

a) Especialista da Educação;

b) Professor da Educação Básica (PEB);

c) Monitor de Creche;

d) Diretor I, II e III;

e) Vice-Diretor.

II - 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando se tratar dos ocupantes de cargos das demais classes que integram a carreira da Educação não contemplados no inciso anterior.

§1º. O disposto no inciso I do *caput* deste artigo aplica-se exclusivamente aos servidores em efetivo exercício das atribuições próprias do cargo relacionadas ao calendário escolar, não se estendendo aos casos de readaptação funcional, desvio de função ou exercício de atividades diversas, hipóteses em que será observado o regime previsto no inciso II.

§2º. Será pago aos profissionais da Educação 1/3 (um terço) da remuneração, correspondente ao mês das férias anuais.

§3º. Os períodos de férias anuais são contados como de efetivo exercício, para todos os efeitos.

§4º. Além do desconto da remuneração, o servidor terá descontado, proporcionalmente, o terço de férias pelo número de faltas injustificadas ou não abonadas, na seguinte proporção:

I- até cinco dias de faltas não haverá desconto no terço de férias;

II- de seis a quatorze dias de faltas, haverá desconto de um quinto do terço de férias;

III- de quinze a vinte e três dias de faltas, haverá desconto de dois quintos do terço de férias;

IV- de vinte e quatro a vinte e nove dias de faltas, haverá desconto de três quintos do terço de férias.

§5º. As faltas ao serviço são as ausências, registradas durante o período aquisitivo das férias, não abonadas ou não justificadas.

Art. 106. Serão elaboradas pelas unidades de trabalho na qual o servidor estiver lotado, a programação de férias anuais e entregue ao órgão competente, até o dia trinta de dezembro do exercício anterior, desde que consulte os interesses da Administração Municipal.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG

Pág.: 48 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 107. A programação de férias poderá ser alterada pela chefia superior, em consulta ao servidor, até o dia quinze do mês que anteceder o período de gozo, sendo obrigatória a formalização deste pedido, junto à unidade competente.

Art. 108. É proibida a acumulação de dois ou mais períodos de férias regulamentares.

Art. 109. O servidor que opera, direta e permanentemente, Raio X ou substâncias radioativas, terá direito ao gozo de férias na forma prevista na legislação federal que regula a matéria.

Art. 110. O servidor exonerado do cargo efetivo ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período de férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.
Parágrafo único. A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato de exoneração, data da publicação da aposentadoria ou do deferimento da pensão.

Art. 111. Concedidas as férias, estas não poderão ser interrompidas, salvo por motivo de calamidade pública, comoção interna e, ainda, por motivo de interesse público.
§1º. A declaração de motivo de interesse público deverá estar devidamente fundamentada, e será realizada mediante ato expedido pelo Chefe do respectivo Poder Municipal.
§2º. Em qualquer caso, o servidor deverá ser notificado individual e pessoalmente acerca da interrupção de suas férias.
§3º. O restante do período interrompido será gozado logo que seja cessada a causa da interrupção.

Art. 112. Perderá o direito às férias o servidor que, no período aquisitivo:

I- gozar de licença para tratar de interesses particulares;

II- tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de seis meses, mesmo que descontínuos.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 49 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Parágrafo único. Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o servidor, após o implemento de qualquer das condições previstas neste artigo, retornar ao serviço.

CAPÍTULO II

DAS

LICENÇAS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 113. Conceder-se-á ao servidor municipal a licença:

I- para tratamento de saúde;

II- por motivo de doença em pessoa da família;

III- para capacitação;

IV- por férias-prêmio;

V- à gestante e à adotante;

VI- paternidade;

VII- para desempenho de mandato classista e entidade sindical;

VIII- para prestação de serviço militar;

IX- para atividade político-partidária diversa da candidatura a cargo eletivo, observadas as regras da legislação eleitoral;

X- para atividade política;

XI- para estudo no exterior;

XII- para tratar de interesses particulares.

XIII- para casamento e luto.

Parágrafo único. A licença para atividade político-partidária de que trata o inciso IX deste artigo não se confunde com a licença para candidatura a cargo eletivo, que será regida pelo disposto no artigo 129 desta Lei.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 50 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 114. A concessão da licença é da competência do Chefe do respectivo Poder Municipal.

Art. 115. Finda a licença, o servidor deverá reassumir imediatamente o exercício do cargo, salvo em caso de prorrogação.

Parágrafo único. A infração deste artigo importará na perda total do vencimento ou remuneração e, se a ausência exceder a 30 (trinta) dias, importará na demissão por abandono do cargo, mediante processo administrativo disciplinar.

Art. 116. Não é considerado como tempo de efetivo exercício, o período correspondente ao gozo das licenças previstas nos incisos X e XI do art. 112 desta lei.

Art. 117. Será considerado como falta e não serão computados como tempo de efetivo exercício, os dias em que o servidor deixar de comparecer ao serviço público, em virtude de cumprimento de pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.

Art. 118. As licenças concedidas dentro de 60 (sessenta) dias contados da terminação da anterior serão consideradas como prorrogação, quando na mesma espécie.

Art. 119. O funcionário não poderá permanecer em licença por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses consecutivos.

Seção II

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 120. Ao servidor efetivo poderá ser concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, desde que comprove ser indispensável a sua assistência pessoal a dependente doente, e que este acompanhamento não possa ser prestado simultaneamente com o exercício do cargo ou função.

§1º. O servidor efetivo poderá obter licença por motivo de doença em pessoa de ascendência, descendência e colateral, consanguíneo ou afim até terceiro grau civil e do companheiro ou cônjuge, do qual não esteja separado de fato ou legalmente.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 51 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§2º. A licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida mediante laudo ou atestado médico e pelo prazo expressamente indicado no mesmo.
§3º. É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período de licença por motivo de doença em pessoa da família.

Art. 121. A licença poderá ser concedida, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, na forma do artigo anterior e observados os seguintes descontos:
I- de um terço quando exceder de um até dois meses;

II- de dois terços quando exceder de dois até quatro meses;

III- sem vencimento ou remuneração, do quinto até o vigésimo quarto mês.
Parágrafo único. As normas e procedimentos para a concessão da licença prevista no *caput* serão definidos por ato do Chefe do respectivo Poder Municipal.

Seção III

Da Licença para Capacitação

Art. 122. Após cada cinco anos de efetivo exercício o servidor efetivo poderá, no interesse da administração, afastar-se do exercício do cargo , com a respectiva remuneração, por até três meses, para frequentar curso de capacitação profissional para aplicação na área de atuação do servidor e em benefício da melhoria do serviço público.
§1º. O período de licença de que trata o *caput* não é acumulável.
§2º. Após a conclusão do curso, o servidor deverá permanecer no exercício do cargo, pelo período de doze meses, sob pena de não ser considerado este período como de efetivo exercício.
§3º. Em caso de exoneração, a pedido ou de ofício, o ato administrativo somente poderá ser efetivado após o prazo previsto no parágrafo anterior, sob pena de ressarcimento ao erário municipal dos valores recebidos a título de remuneração durante o período de capacitação, bem como dos gastos feitos com recursos municipais durante a licença.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 52 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 123. O servidor efetivo que estiver matriculado em curso de pós- graduação "*strictu sensu*" (mestrado e doutorado) reconhecido pelo MEC/CAPES (Ministério da Educação) e cujas atribuições do cargo sejam compatíveis, poderá solicitar o regime de trabalho remoto durante a realização do curso.

Parágrafo único. As funções a serem exercidas de forma remota serão definidas pela Chefia Imediata, em obediência à regulamentação do Poder Executivo sobre o regime de trabalho remoto.

Seção IV

Das Férias–Prêmio

Art. 124. Ao servidor efetivo é assegurado, após cada 5 (cinco) cinco anos de efetivo exercício, 3 (três) meses de férias-prêmio, admitida sua conversão em espécie, mediante solicitação do servidor e disponibilidade financeira do município.

§1º. Para a concessão das férias-prêmio será considerado como base de cálculo o vencimento da data do gozo, do cargo ou função exercida pelo servidor no período de sua aquisição, incluindo as respectivas vantagens funcionais e pessoais auferidas.

§2º. É facultado à Administração fracionar as férias de que trata este artigo, em até 3 (três) períodos, mediante necessidade do serviço e conforme regulamento próprio.

§ 3º. O número de servidores em gozo simultâneo de férias-prêmio não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 125. O período aquisitivo para a aquisição do direito à férias-prêmio será interrompido quando o servidor:

I- Sofrer penalidade disciplinar de suspensão, destituição de cargo em comissão ou função pública, demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, aplicadas por meio de processo administrativo disciplinar;

II- Faltar injustificadamente ao serviço, no período de um ano, por mais de 06 (seis) dias, continuados ou não, ressalvados as faltas consideradas como de efetivo exercício por esta Lei.

III - Obtiver na avaliação de desempenho nota inferior a 70% (setenta por cento).

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 53 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§1º. Aplicada a interrupção prevista neste artigo, inicia-se no dia seguinte a nova contagem do período para fins de obtenção do direito à férias-prêmio.

§2º. O período de readaptação será considerado como de efetivo exercício para fins de aquisição de férias-prêmio, desde que o servidor permaneça em atividade compatível com sua limitação.

Seção V

Da Licença à Gestante e à Adotante

Art. 126. Mediante protocolo de atestado médico, é assegurado às servidoras públicas da administração direta, autarquias e fundações, sejam efetivas, em comissão ou contratadas temporariamente, a licença à gestante pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da alta hospitalar da mãe ou do bebê, o que acontecer por último, de acordo com o seguinte:

I - licença, pelo período de cento e vinte dias, concedida de acordo com os procedimentos constantes do Regime Geral da Previdência Social;

II - prorrogação da licença, pelo período de sessenta dias, a cargo do Município.

§1º. Por prescrição médica, a licença poderá ser antecipada para período diverso.

§2º. A servidora deverá requerer a prorrogação da licença prevista no inciso II deste artigo antes do término da licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias.

§3º. Em caso de natimorto ou aborto não criminoso, a servidora-segurada será submetida a exame realizado pelo Sistema Único de Saúde - SUS ou pelo serviço médico próprio do Município ou por ele credenciado, quando o tempo de afastamento será decidido.

Art. 127. A licença prevista no artigo anterior também será concedida em casos de adoção ou guarda judicial.

§1º. A prorrogação da licença será garantida, na mesma proporção, também ao servidor ou servidora que adotar ou obtiver guarda judicial definitiva ou provisória para fins de adoção de criança.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 54 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§2º. Ressalvado o pagamento do salário-maternidade à mãe biológica, não poderá ser concedido o benefício a mais de um segurado, decorrente do mesmo processo de adoção ou guarda provisória ou definitiva.

§3º. As normas aplicáveis à concessão da licença para adoção ou guarda judicial seguirão os dispositivos previstos na legislação do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 128. Durante o período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei, a servidora ou servidor terão direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo Regime Geral de Previdência Social.

§1º. No período de prorrogação da licença-maternidade de que trata esta lei, a servidora ou servidor não poderão exercer qualquer atividade remunerada, e a criança não poderá ser mantida em creche ou instituição similar.

§2º. Em caso de descumprimento do disposto no *caput,* a servidora ou servidor perderão o direito à prorrogação.

Art. 129. Após o término da licença-maternidade, e na hipótese de não haver prorrogação, a servidora terá direito, durante a jornada de trabalho, a um intervalo especial de uma hora para amamentar o filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade.

Parágrafo único. O benefício a que trata este artigo, não implica em redução da carga horária trabalhada, sendo que o intervalo deverá ser concedido durante a jornada de trabalho.

Seção VI

Da Licença Paternidade

Art. 130. Ao servidor efetivo, em comissão ou contratado temporariamente, será concedida licença paternidade remunerada de 20 (vinte) dias, por ocasião do nascimento ou adoção de filho, contados a partir da data da alta hospitalar da mãe ou do bebê, o que acontecer por último.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 55 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§ 1º. A licença paternidade prevista no *caput* também será concedida em caso de guarda provisória, mediante comprovação por intermédio de decisão judicial.

§ 2º. Nos casos em que o servidor for o único responsável legal e cuidador direto da criança, sem existência de mãe ou com a impossibilidade legal ou fática de esta exercer a maternidade, a licença paternidade será equiparada à licença maternidade, observando-se o mesmo prazo e as mesmas condições previstas para a licença concedida às mães biológicas ou adotantes.

§ 3º. A concessão da licença prevista no parágrafo anterior dependerá da comprovação documental da situação familiar específica, nos termos de regulamento.

Seção VII

Da Licença para Desempenho de Mandato Classista

Art. 131. É assegurado ao servidor efetivo o direito a licença, sem remuneração, para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, ou entidade sindical de defesa de interesses dos servidores municipais, observados os seguintes limites:

I- para entidades com até 5.000 (cinco mil) associados, um servidor;

II- para entidades com 5.001 (cinco mil e um) a 30.000 (trinta mil) associados, dois servidores;

III- para entidades com mais de 30.000 (trinta mil) associados, três servidores.

§1º. A licença para o exercício de mandato em entidade sindical será concedida, somente, quando a entidade congregar categorias funcionais integrantes do Quadro de Pessoal do Poder Executivo e possuir registro no Ministério do Trabalho como entidade de base de categoria de servidor municipal.

§2º. Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, desde que devidamente cadastradas.

§3º. A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição e por uma única vez.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 56 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§4º. O servidor ocupante de função de confiança deverá ser exonerado da função, quando empossar-se no mandato de que trata este artigo.

§5º. Não será computado, para qualquer efeito legal, o tempo referente ao período da mencionada licença, salvo aposentadoria e pensão, se houver contribuição para a previdência social.

Seção VIII

Da Licença para Serviço Militar Obrigatório

Art. 132. Ao servidor efetivo convocado para o serviço militar ou outros encargos de segurança nacional, será concedida licença, à vista de documento oficial que prove a incorporação.

§1º. Dos vencimentos descontar-se-á a importância que o servidor perceber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar, o que implicará na perda da remuneração.

§2º. Ao servidor desincorporado conceder-se-á prazo de até 30 (trinta) dias, sem remuneração, para reassumir o exercício do cargo.

Seção IX

Da Licença para o Desempenho de Atividade Política ou Político-Partidária

Art. 133. O servidor efetivo candidato a cargo eletivo terá direito à licença remunerada, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária e o quinto dia útil seguinte ao término das eleições a que estiver concorrendo.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 57 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§1º. Será necessariamente afastado, na forma deste artigo, o servidor efetivo ocupante de cargo de gerenciamento, ou que tenha como atribuições a arrecadação e fiscalização tributária, bem como em outras condições estabelecidas pela lei nacional de desincompatibilização.

§2º. O disposto nos parágrafos anteriores não se aplica aos ocupantes de cargo em comissão.

§3º. O afastamento do servidor eleito ficará submetido às disposições do artigo 38 da Constituição Federal.

Art. 134. Poderá ser concedida ao servidor público municipal licença para o exercício de atividade político-partidária, distinta da candidatura a cargo eletivo, nos termos deste Estatuto e da legislação eleitoral aplicável.

§1º. A licença de que trata este artigo terá caráter não remunerado, salvo disposição diversa prevista em lei federal ou municipal específica.

§2º. O período de licença será considerado de efetivo exercício apenas para fins de aposentadoria e disponibilidade, não sendo computado para progressão funcional, promoção, férias ou quaisquer vantagens que dependam de exercício efetivo no cargo.

§3º. O prazo da licença deverá ser compatível com as atividades político- partidárias a serem desempenhadas, não podendo exceder a duração do mandato na respectiva agremiação partidária.

§4º. A concessão da licença observará o interesse público e não poderá prejudicar a continuidade do serviço, cabendo ao Chefe do Poder Executivo dispor, em regulamento, sobre os procedimentos administrativos necessários para o seu requerimento e concessão.

§5º. A licença de que trata este artigo não se confunde com a licença especial do servidor candidato a cargo eletivo, prevista no artigo 129 desta Lei, a qual traz disciplina própria.

Seção X

Da Licença para Estudo no Exterior

Art. 135. Ao servidor efetivo e estável poderá ser concedida licença não remunerada para estudo no exterior, mediante autorização emanada do Chefe do respectivo Poder Municipal.

§1º. A licença não poderá exceder 2 (dois) anos.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 58 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§2º. Só poderá ser concedida nova licença depois de decorrido 2 (dois) anos da terminação da anterior.

Art. 136. Caso seja possível poderá ser adotado o regime de trabalho remoto ou afastamento para estudo no exterior obedecendo ao disposto em regulamento específico.

Seção XI

Da Licença para Tratar de Interesse Particular

Art. 137. Poderá ser concedida ao servidor efetivo e estável, a licença para tratar de interesse particular, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§1º. Não será computado, para qualquer efeito legal, o tempo referente ao período de gozo da mencionada licença.

§2º. A licença poderá ser negada, mediante despacho fundamentado do Chefe do respectivo Poder Municipal, quando o afastamento do servidor for inconveniente ao interesse do serviço público, hipótese em que a autoridade deverá determinar outra ocasião, para a sua concessão.

§3º. O servidor deverá aguardar em exercício do cargo ou função na sua unidade organizacional de lotação, a concessão da licença para tratar de interesse particular.

§4º. Não se concederá nova licença antes de decorridos 2 (dois) anos do término da última concedida.

Art. 138. A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou por convocação da Administração Pública Municipal, quando comprovado o interesse público.

§1º. As razões da decisão de interrupção deverão constar expressamente no ato expedido pelo Chefe do respectivo Poder Municipal.

§2º. Na hipótese deste artigo, o servidor deverá apresentar-se ao serviço no prazo de trinta dias, a partir da notificação, findos os quais a sua ausência será computada como falta ao serviço.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 59 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 139. É vedada a prestação de serviço profissional, no mesmo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, por servidor em licença para tratar de interesse particular, sob qualquer forma ou título, sob pena de demissão, mediante processo administrativo.

CAPÍTULO III

DAS

CONCESSÕES

Art. 140. O servidor municipal terá abonada a ausência ao serviço, sem perda de sua remuneração habitual e do efetivo exercício, nos seguintes casos:

I- no período em que estiver à disposição para o Poder Judiciário, como testemunha, como jurado ou para prestar depoimentos;

II- nos dias em que estiver à disposição do Tribunal Regional Eleitoral, para reuniões e trabalhos nas eleições;

III- nos dias de apresentação obrigatória em órgão do serviço militar;

IV- por um dia, a cada doze meses de exercício, para doação de sangue voluntária, devidamente comprovada;

V- no dia do seu aniversário, desde que incida em dias normais de trabalho, vedada a compensação em outro dia;

VI- por dois dias consecutivos em razão de falecimento de tios;

VII- por oito dias consecutivos em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, ascendentes, madrasta ou padrasto, descendentes, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos;

VII - pelo tempo necessário para acompanhamento de dependente, conforme definido no art. 55 desta Lei.

§1º. As hipóteses de ausência previstas no *caput* deste artigo deverão ser comprovadas, mediante apresentação de documento próprio, no prazo máximo de dois dias após o término da ausência.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 60 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§2º. A licença para casamento será contada da data de realização da cerimônia civil, ou antecipada em até três dias, a pedido do servidor, sendo exigido como documento comprobatório o registro civil.

§3º. No caso de licença para luto, o servidor deverá comprovar no requerimento a competente certidão de óbito.

§4º. Na licença de que trata o inciso V, quando o aniversário recair em final de semana, feriado ou outro dia de folga do servidor, o benefício será usufruído no primeiro dia útil subsequente.

Art. 141. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipais instituirão e promoverão cursos de aperfeiçoamento e treinamento de servidores, objetivando o desenvolvimento e profissionalização nos Quadros de Pessoal de suas unidades administrativas.

§1º. Ao servidor efetivo participante de curso de aperfeiçoamento em entidades profissionais especializadas e devidamente reconhecidas, poderá ser autorizada uma bolsa de estudos correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da matrícula e das mensalidades.

§2º. O benefício da bolsa de estudos só será concedido ao servidor, desde que por ele demonstrado que o curso de aperfeiçoamento guarda perfeita consonância com as suas atividades profissionais.

§3º. Entende-se por atividades profissionais, para a concessão do referido benefício, aquelas atividades exclusivamente exercidas pelo servidor no cargo ou função em que estiver investido.

§4º. O benefício da bolsa de estudos se estende aos cursos de pós graduação lato sensu, mestrado e doutorado devidamente reconhecidos pelo MEC/CAPES (Ministério da Educação).

§ 5º. Em quaisquer dos casos deste artigo, a concessão será feita pelo Chefe do respectivo Poder, mediante análise das condições financeiras e orçamentárias do Município.

CAPÍTULO IV

DO HORÁRIO ESPECIAL

Art. 142. Fica estabelecido o direito a horário especial de trabalho para os servidores públicos efetivos com deficiência, assim como para os servidores que tenham filhos, cônjuge ou

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 61 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

dependente com deficiência, mediante comprovação por laudo médico e avaliação da necessidade.

Parágrafo único. O horário especial será regulamentado por ato normativo específico, que disciplinará a jornada a ser executada e as condições em que as atribuições do cargo deverão ser cumpridas.

CAPÍTULO V

DA CESSÃO DE SERVIDORES

Art. 143. O servidor público municipal efetivo poderá ser cedido, em caráter transitório, a critério da Administração Pública Municipal, para o exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como para exercer suas funções no âmbito de outro órgão ou entidade da própria Municipalidade, nos seguintes casos:

I- Para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II- Em casos previstos em leis específicas;

III- Por necessidade imperiosa do serviço público municipal.

Art. 144. O deferimento da cessão fica condicionado à existência de interesse público devidamente justificado e ao seguinte:

I- necessidade imperiosa do serviço no órgão ou entidade cessionários;

II- compatibilidade das atribuições a serem exercidas pelo servidor com as inerentes ao seu cargo originário;

III- dispensabilidade dos serviços do servidor respectivo no órgão ou entidades cedentes, durante o período em que se pretende estabelecer a cessão, atestada pelo Chefe do Setor ou Diretor de Departamento;

IV- autorização expressa do Chefe do respectivo Poder Municipal;

V- concordância do servidor interessado.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 62 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 145. A cessão de servidor municipal deverá ser precedida de convênio a ser celebrado entre o respectivo Poder Municipal e os órgãos cessionários, o qual deverá conter obrigatoriamente:

I- a responsabilidade, observado o interesse público e a legislação pertinente, pelo ônus da remuneração do servidor ou empregado público cedido e dos respectivos encargos sociais e previdenciários definidos em lei;

II- o prazo de vigência do convênio e a possibilidade ou não de sua prorrogação ou renovação;

III- a responsabilidade do cessionário, no caso de cessão com ônus para o órgão cedente, devendo ser informando nos prazos estabelecidos:

a) o horário de trabalho do servidor ou empregado público municipal, bem como as funções que exerce;

b) o horário de funcionamento do órgão cessionário;

c) as eventuais alterações cadastrais do servidor, tais como, endereço, telefone, estado civil;

d) os eventos relacionados à maternidade e à paternidade, à licença para tratamento de saúde e ao acidente de trabalho, se for o caso;

e) as ausências ao trabalho, por motivo de falecimento de parentes ou dependentes, alistamento eleitoral, doação de sangue, tribunal do júri e outros serviços declarados obrigatórios por Lei;

f) os períodos de recesso, quando houver, na unidade em que o servidor prestar serviços;

g) o período de gozo de férias.

IV- a responsabilidade do cessionário, no caso de cessão com ônus para o órgão cedente, por zelar pela assiduidade e pelo cumprimento da jornada de trabalho do servidor ou empregado público municipal, informando eventuais faltas injustificadas;

V- a possibilidade de ser requisitada a devolução de servidores cuja cessão fora autorizada quando assim o exigir o interesse público e, especialmente, por motivo de reduzido quadro de pessoal do órgão ou entidade cedente ou de indisponibilidade financeira e orçamentária.

VI - a possibilidade de rescisão do ajuste, nos seguintes casos:

a) pelo decurso da vigência sem manifestação do interesse em sua prorrogação;

b) pelo descumprimento, por parte dos interessados, de quaisquer de suas disposições;

c) pela ocorrência de qualquer ato ou fato que torne inexequível;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 63 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

d) por iniciativa unilateral de qualquer das partes, mediante notificação com no mínimo trinta dias de antecedência, obrigando-se as partes a proceder à prestação de contas, em qualquer caso;

e) por acordo das partes.

Art. 146. Não será cedido o servidor:

I- investido exclusivamente em cargo de provimento em comissão;

II- que ainda não cumpriu o período de estágio probatório;

III- contra o qual tramite sindicância ou processo administrativo disciplinar;

IV- quando não for conveniente ou oportuno à Administração Pública Municipal.

Art. 147. A cessão de servidores públicos municipais para órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, de outros Municípios ou ainda para a Câmara Municipal de Matozinhos, observará ao disposto nesta Lei e no regulamento específico.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO

Art. 148. Ao servidor municipal investido em mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições previstas na Constituição Federal e na legislação eleitoral:

I- tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II- investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III- investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.

Parágrafo único. O servidor investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 64 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

CAPÍTULO VII

DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR

Seção I

Dos Benefícios

Art. 149. O regime previdenciário dos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Matozinhos é constituído pelo Plano de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Parágrafo único. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de segurados obrigatórios e na condição de dependentes do segurado, os constantes do Regulamento do RGPS e legislação aplicável.

Seção II

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 150. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, de conformidade com atestado médico e avaliação do Setor de Medicina do Trabalho, consoante os dispositivos constantes do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 151. A remuneração do servidor em licença para tratamento de saúde, nos primeiros 15 (quinze) dias, será correspondente ao vencimento acrescido das vantagens pessoais e das inerentes ao exercício do cargo ou função.

§1º. A partir do décimo sexto dia o servidor segurado será encaminhado à perícia do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, submetendo-se à inspeção médica daquele órgão, para fins de concessão de benefício do auxílio-doença.

§2º. A licença médica será concedida pelo prazo indicado no atestado ou laudo da perícia médica da seguridade social.

§3º. No curso da licença, poderá o servidor requerer inspeção médica ao INSS, caso se julgue em condições de reassumir o exercício.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 65 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§4º. Considerado apto em perícia médica da seguridade social, o servidor reassumirá o exercício do cargo, sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência.

Art. 152. O servidor afastado por motivo de saúde por decisão da perícia do INSS será regido pelas normas do regime geral de previdência em relação ao retorno as atividades laborais, readaptação ou aposentadoria.

Parágrafo único. Em caso de divergência entre o Setor de Medicina do Trabalho do Município e a perícia do INSS, prevalecerá a decisão desta, sendo que nesta hipótese o servidor terá direito a interposição de recurso junto a autarquia previdenciária nos termos previstos na legislação do RGPS.

Art. 153. No curso da licença para tratamento de saúde, o servidor abster-se-á de atividade remunerada sob pena de interrupção da licença, com perda total do vencimento, desde o início do afastamento e até que reassuma o cargo ou função.

Art. 154. A concessão de licença para tratamento de saúde obedecerá às regras e procedimentos estabelecidos em regulamento próprio, observadas as disposições que regulam os benefícios definidos pelo sistema da previdência social.

Parágrafo único. Tendo o servidor recuperado a saúde e encerrado seu benefício previdenciário, terá que se submeter à perícia médica no Setor de Medicina do Trabalho, considerando-o apto, para retorno ao trabalho.

Seção III

Da Licença por Acidente em Serviço

Art. 155. Em caso de acidente de trabalho ou de doença comprovadamente relacionada ao exercício da função laboral, o servidor será submetido à avaliação médica no Setor de Medicina do Trabalho e seguir os procedimentos constantes do Regime Geral de Previdência Social.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 66 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§1º. Considera-se acidente do trabalho todo aquele que ocorrer no exercício das atribuições do cargo ou função, provocando, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença que ocasione a morte, perda parcial ou total, permanente ou temporária, da capacidade física, mental e psicológica para o trabalho.

§2º. Equipara-se ao acidente no trabalho a agressão, quando não provocada, sofrida pelo servidor no serviço ou em razão dele e o ocorrido no deslocamento para o serviço ou deste para a sua residência, em seu trajeto habitual, desde que comprovado por boletim de ocorrência policial ou declaração de testemunhas.

§3º. Por doença profissional, entende-se a que se deve atribuir como relação de efeito e causa, às condições inerentes ao serviço ou a fatos nele ocorridos, devendo a medicina do trabalho estabelecer rigorosa caracterização de nexo de causalidade.

§4º. Ocorrida a doença do trabalho ou acidente, o servidor deverá procurar assistência médica, privada ou pública, e após avaliação e estabelecido o tratamento, dirigir-se-á ao Setor de Medicina do Trabalho, de posse de todos os relatórios e exames existentes, para que seja periciado e, confirmado o nexo causal, seja emitido o Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT.

§5º. Nos casos previstos nos parágrafos anteriores, o laudo resultante da inspeção realizada pela medicina do trabalho, que deverá estabelecer, rigorosamente, a caracterização do acidente do trabalho ou da doença profissional.

Art. 156. Ao serviço de medicina do trabalho do Município compete avaliar o acidentado, quanto à sua atividade laborativa.

Art. 157 As normas e procedimentos inerentes aos possíveis casos de acidente ou doença profissional serão definidos em regulamento específico.

Seção IV

Do Salário-Família

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 67 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 158. Será concedido salário família ao servidor de acordo com os procedimentos constantes do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 159. Nenhum desconto incidirá sobre o salário-família, nem este servirá de base a qualquer contribuição, ainda que para fins de previdência social.

Art. 160. Todo aquele que, por ação ou omissão, der causa ao pagamento indevido de salário-família ficará obrigado à sua restituição, sem prejuízo das demais prescrições legais.

Seção V

Do Auxílio-reclusão

Art. 161. O auxílio-reclusão será devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração do município, nem estiver em gozo de auxílio-doença e de aposentadoria, pelo Instituto Nacional de Seguridade Nacional, conforme legislação previdenciária nacional.

Art. 162. O auxílio-reclusão será concedido e pago pelo INSS na forma do regime geral de previdência social.

Seção VI

Da Aposentadoria do Servidor

Art. 163. O Regime Jurídico do servidor público da administração direta é o estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos do Município, unificando todas as demais legislações municipais a respeito, estatutárias ou não, com todos os direitos e vantagens, obrigações e deveres.

Parágrafo único. Para fins previdenciários, os servidores públicos municipais de Matozinhos são filiados ao Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 68 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 164. O servidor efetivo aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social será exonerado de ofício quando implementada esta condição, cessando seu vínculo laboral com o Município.

Parágrafo único. Recebida a comunicação formal ou a carta de concessão de aposentadoria expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por entidade que venha a substituí-lo ou por Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, a Administração Municipal deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, adotar as providências necessárias para a exoneração de ofício do servidor, com fundamento na aposentadoria concedida, salvo se houver impugnação administrativa ou judicial expressamente comunicada no mesmo prazo.

CAPÍTULO VIII

DA SAÚDE FUNCIONAL, SEGURANÇA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Seção I

Da Saúde e Segurança Ocupacional

Art. 165. A Saúde e Segurança Ocupacional constituem direito do servidor e devem ser prestado pelo Município mediante a adoção de ações e políticas públicas que observem as seguintes diretrizes:

I- propor ações voltadas à promoção da saúde e a humanização do trabalho, em especial à melhoria das condições laborais, prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças correlatas;

II- propor atividades que desenvolvam atitudes de corresponsabilidade no gerenciamento da saúde e da segurança, contribuindo, dessa forma, para melhoria das relações e do processo de trabalho;

III- cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, instruindo seus servidores a tomar medidas de precaução que não os prejudiquem e que evitem doenças ocupacionais;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 69 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

IV- disponibilizar e coordenar o uso de equipamentos necessários para prestação de primeiros socorros em casos de acidentes, assim como fornecer segurança e conforto em sua estrutura física;

V- fornecer equipamentos necessários para a proteção Individual dos servidores, devidamente aprovados pela unidade de trabalho competente.

Art. 166. Os procedimentos inerentes à Saúde Ocupacional, bem como a identificação e detalhamento dos programas a que se refere o artigo anterior, serão implementados mediante regulamento específico.

Seção II

Da Avaliação Anual de Desempenho

Art. 167. A avaliação periódica anual de desempenho funcional é obrigatória para todos os servidores ocupantes de cargo efetivo e constitui instrumento de governança administrativa destinado a:

I- aprimorar a eficiência e a qualidade da prestação dos serviços públicos;

II- reconhecer e valorizar o desempenho funcional do servidor;

III- subsidiar a política de gestão de pessoas, incluindo progressões, promoções, capacitações e realocações;

IV- orientar planos de desenvolvimento individual e institucional;

V- fortalecer a meritocracia, a equidade e a responsabilização no serviço público.

Art. 168. A avaliação será realizada anualmente, nos termos do regulamento expedido pelo Poder Executivo Municipal, com base nos seguintes critérios objetivos:

I- Assiduidade e pontualidade, medida pelo número de faltas, atrasos e cumprimento de carga horária;

II- Produtividade, apurada em função da quantidade de tarefas concluídas, cumprimento de metas e prazos, e taxa de retrabalho;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 70 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

III- Qualidade técnica do trabalho, conforme padrões normativos e grau de acerto nas atribuições desempenhadas;

IV- Iniciativa e contribuição para a melhoria contínua, mensurada pela proposição de soluções e participação em projetos de inovação;

V- Relacionamento interpessoal e trabalho em equipe, avaliado pela cooperação demonstrada e ausência de conflitos formais;

VI- Conhecimento técnico e atualização, aferido por meio da frequência e aplicação prática de capacitações;

VII- Ética e conformidade, verificada pela ausência de infrações disciplinares e aderência aos códigos de conduta funcional.

§ 1º. Cada critério terá peso específico definido em regulamento, devendo a pontuação total ser expressa em percentual e classificada conforme a seguinte escala de desempenho:

I– Excepcional, acima de 90% (noventa por cento);

II- Satisfatório, entre 70% (setenta por cento) e 89% (oitenta e nove por cento);

III- Em desenvolvimento, entre 50% (cinquenta por cento) e 69% (sessenta e nove por cento);

IV- Insatisfatório, abaixo de 50% (cinquenta por cento).

§ 2º. A apuração dos critérios será baseada em evidências objetivas e registros funcionais documentados, vedada a avaliação genérica, subjetiva ou sem justificativa.

§ 3º. A metodologia aplicará, sempre que possível, a tríade:

I- autoavaliação;

II- avaliação da chefia imediata;

III- avaliação por pares ou equipes, quando aplicável.

§ 4º O processo de avaliação deverá assegurar:

I- ciência do servidor quanto aos critérios e instrumentos utilizados;

II- contraditório e ampla defesa em caso de discordância;

III- registro em sistema oficial da Administração para fins de transparência e controle interno.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 71 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 169. O servidor classificado nos níveis "em desenvolvimento" ou "insatisfatório" será incluído compulsoriamente em Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), elaborado em conjunto com sua chefia imediata, contendo:

I- diagnóstico das fragilidades de desempenho;

II- metas específicas e prazos para readequação funcional;

III- ações de capacitação e monitoramento periódico.

Parágrafo único. A permanência por dois ciclos consecutivos em desempenho insatisfatório ensejará abertura de processo de avaliação especial para fins de perda de cargo, nos termos do art. 41, § 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 170. O resultado da avaliação periódica poderá ser utilizado para:

I- concessão de progressões e promoções funcionais;

II- gratificações de desempenho, quando previstas;

III- identificação de servidores aptos à assunção de confiança;

IV- definição de realocação funcional ou recondução administrativa;

V- formulação do Relatório de Gestão da Força de Trabalho.

Art. 171. A Administração poderá instituir, por meio de lei, bonificação por desempenho coletivo ou individual, desde que condicionada ao atingimento de metas específicas e ao limite prudencial de gastos com pessoal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 172. O regulamento da avaliação de desempenho disporá, no mínimo, sobre:

I- instrumentos e formulários padronizados de avaliação;

II- pesos e métricas específicas por área funcional;

III- sistema informatizado de controle;

IV- instância revisora ou comissão de avaliação;

V- forma de ciência e devolutiva ao servidor.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 72 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

TÍTULO V

DAS RELAÇÕES

INSTITUCIONAIS CAPÍTULO IX

DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 173. É assegurado ao servidor, independentemente do pagamento de taxas, o direito de formular requerimento aos Poderes Públicos em defesa de direitos, ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Art. 174. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 175. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.
Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores serão decididos dentro de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, pelo mesmo prazo, desde que devidamente justificado.

Art. 176. Caberá recurso contra o indeferimento do pedido de reconsideração.
§1º. O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que tiver expedido o ato ou proferido a decisão.
§2º. O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 177. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 15 (quinze), a contar da publicação ou da ciência pelo interessado da decisão recorrida.

Art. 178. O recurso não terá efeito suspensivo, exceto a juízo da autoridade competente, desde que verificada a possibilidade de ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação em relação ao objeto do pedido.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 73 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Parágrafo único. Em caso de provimento de pedido de reconsideração ou de recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 179. O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá, em geral, nos mesmos prazos fixados para as ações próprias cabíveis no judiciário, quanto à espécie.

Art. 180. Para o exercício do direito de petição é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído.

Art. 181. A administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 182. São improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo, salvo motivo de força maior devidamente justificado e comprovado.

TÍTULO VI

DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DOS DEVERES

Art. 183. São deveres do servidor:

I- observar as leis e os regulamentos;

II- manter assiduidade e pontualidade ao serviço;

III- trajar o uniforme e usar equipamento de proteção e segurança, quando exigidos;

IV- desempenhar com zelo e presteza as atribuições do cargo ou função, bem como:

a) participar de atividades de aperfeiçoamento ou especialização;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 74 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

b) discutir questões relacionadas às condições de trabalho e às finalidades da administração pública;

c) sugerir providências tendentes à melhoria do serviço.

V- cumprir fielmente as ordens superiores, salvo se manifestamente ilegais;

VI- preservar o sigilo sobre informações sensíveis, confidenciais ou estratégicas relacionadas à Administração Pública, a que tiver acesso em razão do cargo ou função, ressalvados os casos em que houver previsão legal, ordem judicial ou interesse público devidamente fundamentado para sua divulgação;

VII- zelar pela economia do material sob sua guarda ou utilização e pela conservação do patrimônio público;

VIII- atender com presteza e satisfatoriamente:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, exceto as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública, bem como às solicitações da Procuradoria Jurídica do Município.

IX- tratar a todos com urbanidade;

X- manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

XI- levar ao conhecimento da autoridade superior, Controle Interno ou órgão de correção disciplinar as irregularidades ou as ilegalidades de que tiver conhecimento em razão do cargo ou função;

XII- ser leal às instituições a que servir.

§1º. O servidor não poderá ser responsabilizado por se recusar a cumprir ordens ilegais ou abusivas.

§2º. Em caso de dúvidas razoáveis sobre a legalidade da ordem, o servidor poderá solicitar esclarecimentos formais à autoridade superior, sem que isso configure infração disciplinar.

CAPÍTULO II

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 75 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

DAS PROIBIÇÕES

Art. 184. Ao servidor é proibido:

I- ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, ou deixar de comparecer sem causa justificada ao serviço;

II- retirar sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III- proceder de forma desidiosa no exercício de suas funções;

IV- exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do seu cargo ou função e com o horário de trabalho;

V- recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitados;

VI- recusar-se a usar equipamento de proteção individual;

VII- recusar fé a documentos públicos;

VIII- opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

IX- ofender a dignidade ou o decoro ou referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso a outro servidor, superiores hierárquicos, autoridades públicas ou particulares ou propalar tais ofensas;

X- exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XI- delegar a pessoa estranha à repartição, exceto nos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

XII- coagir ou aliciar subordinado no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

XIII- valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XIV- participar de gerência ou de administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, salvo participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 76 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

XV- fazer contratos de natureza comercial ou industrial com o Município por si ou como representante de outrem;

XVI- pleitear como procurador ou intermediário junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau e de cônjuge ou companheiro;

XVII- receber ou oferecer comissão, presente ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XVIII- praticar ato contra expressa disposição de lei ou deixar de praticá-lo, em descumprimento de dever funcional, em benefício próprio ou alheio;

XIX- utilizar pessoal ou quaisquer bens e recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XX- apresentar-se para o trabalho tendo feito uso de bebida alcoólica ou alcoolizado, bem como ter feito uso de qualquer outra substância entorpecente;

XXI- revelar dados, documentos e informações, sigilosas ou reservadas, de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função, bem como violar qualquer regra do código de ética dos servidores;

XXII- incitar greves ou movimentos coletivos de indisciplina, exceto nos casos previstos em lei, ou praticar atos que visem a prejudicar ou perturbar o serviço público.

CAPÍTULO III

DA ACUMULAÇÃO

Art. 185. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários e nos casos de:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 77 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§1º. A remuneração ou subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente, ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal, considerado cada cargo exercido.

§2º. A vedação da acumulação estende-se a cargos, empregos e funções das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

§3º. A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§4º. Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 186. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão ou função de confiança de forma remunerada.

Art. 187. O servidor que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando nomeado para cargo em comissão, deverá ser afastado do exercício de ambos, salvo se houver compatibilidade de horários e de local de trabalho que possibilite o desempenho do cargo em comissão cumulativamente com apenas um dos efetivos, mediante declaração expressa das autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese será permitida a manutenção simultânea do exercício de cargo em comissão com dois cargos efetivos, ainda que haja compatibilidade de horários, observando-se sempre os limites constitucionais de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 78 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 188. O servidor responde civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo as sanções ser aplicadas cumulativamente.

Art. 189. A responsabilidade civil decorre de ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo, praticado no exercício de cargo ou desempenho de função, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§1º. A indenização de prejuízo, dolosamente causado ao erário, ocorrerá na forma prevista em lei.

§2º. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública em ação regressiva.

§3º. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 190. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 191. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 192. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 193. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 79 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 194. Considera-se infração disciplinar o fato praticado pelo servidor com violação dos deveres e proibições decorrentes da função que exerce, ou com ofensa dos deveres gerais de cidadão, impostos pela lei ou moral social.

Parágrafo único. A violação é punível, quer consista em ação quer em omissão, independentemente de ter produzido resultado perturbador do serviço.

Art. 195. São penas disciplinares:

I - advertência escrita;

II - suspensão;

III - multa;

IV - destituição de cargo em comissão ou de função pública;

V - demissão;

VI - cassação de aposentadoria e disponibilidade.

§1º. Na aplicação das penalidades, bem como para efeito de sua substituição, serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§2º. A demissão do servidor estável ou a cassação de sua aposentadoria somente será aplicada nos casos de dolo ou culpa grave, e desde que configurado prejuízo significativo ao erário, à ordem administrativa ou à função pública.

§3º. As penalidades aplicadas ao servidor serão publicadas em meio oficial, preservando-se os dados sensíveis e a dignidade do apenado.

§4º. A publicidade deverá limitar-se às informações indispensáveis para fins de transparência e controle social.

§5º. Fica vedada a utilização de informações sobre penalidades como critério para impedir ou dificultar a progressão, promoção ou outros direitos do servidor, salvo nos casos de reiteração de faltas graves.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 80 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§6º. Fica vedada a aplicação de penalidade disciplinar em casos de erro escusável ou de prática de infração por desconhecimento de norma não amplamente divulgada pela Administração.

§7º. Para os fins desta Lei, as penalidades classificam-se em:

I- Leves: advertência escrita;

II- Médias: suspensão e multa;

III-Graves: destituição de cargo em comissão ou de função pública e demissão;

IV- Gravíssimas: cassação de aposentadoria e cassação de disponibilidade.

Art. 196. Não se aplicará ao servidor mais de uma pena disciplinar por infração ou infrações acumuladas que sejam apreciadas num só processo.

Parágrafo único. É vedada a instauração de novo Processo Administrativo Disciplinar sobre os mesmos fatos já apurados e decididos, salvo em caso de anulação formal do processo anterior por irregularidades que comprometam sua validade.

Art. 197. A pena de advertência escrita será aplicada nos casos de descumprimento de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna que não justifique a imposição de penalidade mais grave, e desde que o servidor não seja reincidente.

Art. 198. A suspensão será aplicada nos casos de reincidência nas faltas puníveis com advertência escrita, bem como nos casos de violação das proibições que não constituam infração sujeita a penalidade de demissão ou rescisão de contrato, e não poderá exceder a noventa dias.

§1º. Durante o período da suspensão, o servidor não terá direito a remuneração e perderá a contagem dos respectivos dias para fins de cálculo de qualquer benefício.

§2º. A pena de suspensão poderá, quando o interesse do serviço assim recomendar, ser convertida em multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração correspondente aos dias de afastamento aplicados, permanecendo o servidor em exercício de suas funções durante o período.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 81 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§3º. A conversão de suspensão em multa implica, para efeito de contagem de tempo, na perda de tantos dias quantos aqueles a que corresponderem os vencimentos perdidos, desprezada a fração.

Art. 199. As penalidades previstas nos artigos anteriores terão seu registro cancelado, após o decurso de cinco anos de exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 1º. O cancelamento do registro não surtirá efeitos retroativos.

§ 2º. O servidor não será considerado reincidente, para quaisquer efeitos disciplinares, após o decurso do prazo previsto no *caput*.

Art. 200. A destituição de cargo em comissão ou de função pública será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão, quando exercido qualquer deles por servidor ocupante de cargo de provimento efetivo.

Parágrafo único. Sendo o servidor detentor de cargo efetivo, a aplicação da penalidade de destituição de cargo em comissão ou de função pública não impedirá a aplicação das penalidades de suspensão ou de demissão.

Art. 201. Além dos casos previstos no artigo anterior, são também casos de destituição de cargo em comissão ou de função pública:

I- atestar falsamente a prestação de serviço extraordinário;

II- não cumprir ou tolerar que se descumpra a jornada de trabalho;

III- promover ou tolerar o desvio irregular de função;

IV- coagir ou aliciar subordinados com objetivo de natureza político-partidária.

Art. 202. A pena de demissão será aplicada nos casos de:

I- crime contra a administração pública, nos termos da lei penal;

II- abandono do cargo ou função;

III- insubordinação grave em serviço;

IV- ofensa física em serviço contra servidor ou particular, salvo em legítima defesa;

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 82 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

V- crimes contra a liberdade sexual e crime de corrupção de menores, em serviço ou na repartição;

VI- cometimento de atos que configurem improbidade administrativa ou infrações penais;

VII- significativa lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio público;

VIII - acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública, desde que provada a má-fé do servidor;

IX- transgressão de qualquer das proibições contidas nos incisos X a XXII do artigo 184;

Parágrafo único. É vedada a aplicação de penalidade de demissão em razão de erros escusáveis, irregularidades formais ou de condutas de menor potencial ofensivo.

Art. 203. Além dos casos enumerados no artigo anterior, é causa de demissão ou rescisão contratual sentença criminal transitada em julgado que condenar o servidor a mais de dois anos de reclusão.

Art. 204. Configura abandono de cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Parágrafo único. Também incorrerá na pena de demissão por falta de assiduidade, o servidor que, durante o período de 12 (doze) meses, faltar ao serviço 60 (sessenta) dias intercaladamente, sem causa justificada.

Art. 205. Verificando-se a acumulação ilegal de cargos em processo administrativo disciplinar, se for comprovada a boa-fé do servidor, ele optará por um dos cargos.

§1º. Provada a má-fé, perderá os cargos que estiver exercendo no serviço público municipal e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

§2º. Sendo um dos cargos, emprego ou função exercido em outra esfera administrativa, esta será imediatamente comunicada da demissão ou da rescisão contratual verificada na esfera municipal.

Art. 206. Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade, se ficar provado em processo que o aposentado ou servidor em disponibilidade:

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 83 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

I- praticou, quando em atividade, qualquer das faltas para as quais é cominado, neste Estatuto, pena de demissão;

II- for condenado por crime cuja pena importaria em demissão se estivesse em atividade;

III- aceitou, ilegalmente, cargo ou função pública;

IV- aceitou representação de estado estrangeiro sem prévia autorização.

Parágrafo único. Será igualmente cassada a disponibilidade do servidor que não assumir no prazo legal o exercício do cargo em que for aproveitado.

Art. 207. A penalidade disciplinar será aplicada pelo Prefeito Municipal ou por autoridade a quem tenha sido delegada tal competência, devendo a decisão ser submetida, previamente à aplicação, à homologação por instância revisora designada no regulamento, caso haja recurso voluntário do servidor processado, assegurando- se o duplo grau de apreciação no âmbito administrativo.

Art. 208. O ato de imposição de quaisquer penalidades mencionará sempre o fundamento legal e a motivação da sanção disciplinar.

Art. 209. Constarão do assentamento individual todas as penalidades impostas ao servidor, incluídas as decorrentes da falta de comparecimento às sessões do tribunal do júri para o qual for sorteado.

Parágrafo único. Sem prejuízo das penalidades previstas na lei processual, serão considerados como suspensão os dias em que o servidor deixar de atender às convocações do tribunal do júri.

Art. 210. São circunstâncias que atenuam a aplicação da pena:

I- a prestação de mais de quinze anos de serviço, com exemplar comportamento e zelo;

II- a confissão espontânea da infração.

III- a reparação integral do dano causado.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG

Pág.: 84 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 211. São circunstâncias que agravam a aplicação da pena:

I- o conluio para a prática da infração;

II- a acumulação de infração.

Art. 212. Prescreve a ação punitiva da Administração Pública Municipal, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, por meio de processo administrativo disciplinar, contados da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado:

I- em cinco anos, no caso de infrações puníveis com demissão ou rescisão contratual, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade e destituição de cargo em comissão ou de função pública;

II- em três anos, no caso de infrações sujeitas à pena de suspensão e multa;

III- em dois anos, no caso das infrações sujeitas à pena de advertência escrita.

§1º. A interrupção da prescrição punitiva ocorrerá:

I- pela notificação do servidor processado, inclusive por meio de edital;

II- por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato;

III- pela decisão condenatória recorrível;

IV- por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública municipal.

§2º. Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares que correspondam a fatos nela tipificados, independentemente do início da ação penal.

§3º. Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

Art. 213. Incide a prescrição no processo administrativo disciplinar que, instaurado, permanecer paralisado por mais de 2 (dois) anos, pendente de despacho ou julgamento.

§1º. A paralisação a que se refere o *caput* deve ser injustificada e decorrente de inércia da comissão processante ou da autoridade julgadora.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 85 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§2º. Ocorrendo a prescrição prevista no *caput, os* autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

§3º. O disposto no *caput* não se aplica à fase do processo administrativo disciplinar destinada exclusivamente à apuração e liquidação do dano ao erário, hipótese em que não se configura inércia processual para fins de prescrição, por tratar-se de providência de natureza patrimonial voltada à recomposição do prejuízo causado à Administração, nos termos do art. 37, §5º, da Constituição Federal.

Art. 214. O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto, por iniciativa da Administração ou a requerimento do servidor, no prazo de até 4 (quatro) anos, contados da publicação da penalidade, quando surgirem fatos ou provas novas capazes de comprovar a sua inocência ou demonstrar erro material relevante.

§ 1º. O prazo previsto no *caput* não se aplica nos casos em que a penalidade aplicada tenha por efeito a destituição de cargo, a demissão ou a cassação de aposentadoria ou disponibilidade, hipótese em que a revisão poderá ocorrer a qualquer tempo, exclusivamente para beneficiar o servidor, observado neste caso, o prazo prescricional previsto em lei.

§2º. A revisão administrativa não poderá agravar a penalidade imposta ao servidor.

§3º. A Administração Pública deverá manter órgão ou comissão permanente de controle e revisão de penalidades disciplinares para evitar abusos e assegurar a legalidade dos atos punitivos.

Art. 215. O Processo Administrativo Disciplinar – PAD será instaurado e conduzido com observância dos princípios constitucionais da legalidade, contraditório, ampla defesa, proporcionalidade, razoabilidade, imparcialidade e motivação, assegurando ao servidor proteção contra atos arbitrários ou persecutórios.

§1º. É vedada a instauração de PAD com base em denúncia anônima desacompanhada de elementos probatórios mínimos que indiquem a materialidade e autoria da infração.

§2º. O PAD não poderá ser utilizado como instrumento de perseguição política, pessoal ou qualquer forma de discriminação contra o servidor.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 86 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§3º. A instauração do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) será formalizada mediante portaria, que deverá conter a descrição dos fatos apurados (ou a indicação do documento que os descreve), a indicação do(s) dispositivo(s) legal(is) tido(s) por violado(s), a identificação do servidor investigado, o prazo para a conclusão do processo e a composição da Comissão Processante.

§4º. O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, admitida a prorrogação por igual período, mediante decisão fundamentada.

§5º. A portaria de instauração será publicada em meio oficial, com ampla publicidade, respeitando os limites de sigilo previstos em lei, e cientificada diretamente ao servidor e, quando já constituído, ao seu advogado ou defensor dativo, por meio de intimação pessoal, física, eletrônica ou outro meio idôneo.

§6º. É dever da Administração Pública intimar o advogado constituído pelo servidor ou o defensor dativo nomeado, acerca de todos os atos processuais, incluindo a publicação da portaria, oitivas, produção de provas e decisões, sob pena de nulidade do processo.

§7º. Considera-se nulo o ato processual realizado sem a notificação regular do servidor, quando este estiver atuando em causa própria, do advogado constituído ou do defensor dativo nomeado, salvo se demonstrada a ausência de prejuízo concreto à ampla defesa e ao contraditório.

§8º. A Comissão Processante deverá manter registro detalhado das intimações realizadas, com comprovação do recebimento, garantindo a rastreabilidade e a integridade dos atos comunicados.

§9º. O prazo para manifestação ou prática de ato processual pelo advogado constituído ou defensor nomeado será contado a partir da intimação válida, nos termos do §4º deste artigo.

Art. 216. O servidor poderá ser afastado cautelarmente do exercício do cargo, por decisão devidamente fundamentada da autoridade competente para julgamento do Processo Administrativo Disciplinar, sempre que o seu afastamento se mostrar necessário para assegurar a regular apuração dos fatos, resguardar documentos ou evitar interferência na instrução do processo administrativo disciplinar.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 87 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§1º. O afastamento cautelar terá duração máxima de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis, uma única vez, por igual período, mediante nova fundamentação expressa da autoridade competente.

§2º. O afastamento cautelar não implica em prejuízo da remuneração do servidor, nem configura penalidade disciplinar.

§3º. Findo o prazo máximo previsto neste artigo, sem conclusão do processo, o servidor deverá ser reintegrado às suas funções, salvo se houver decisão judicial em sentido diverso.

Art. 217. Em caso de revelia do servidor em Processo Administrativo Disciplinar, a Comissão Processante deverá, obrigatoriamente, designar um defensor dativo para atuar em sua defesa, preferencialmente um profissional graduado em Direito.

§1º. Considera-se revelia, para os fins deste artigo, a ausência injustificada do servidor acusado em apresentar defesa escrita no prazo legal.

§2º. Em casos de comprovada insuficiência de recursos humanos para o atendimento do *caput* deste artigo, o Município poderá firmar convênios ou ajustes com a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional ou subseção competente, ou com Escritórios de Prática Jurídica vinculados a instituições de ensino superior de Direito, para a nomeação de advogado para atuar como defensor dativo.

§3º. A atuação do defensor dativo na forma do § 2º não será remunerada pelo Município, tratando-se de colaboração voluntária, limitada às hipóteses e condições fixadas no respectivo convênio.

§4º. O defensor dativo nomeado terá pleno acesso aos autos do processo e exercerá o contraditório e a ampla defesa em favor do servidor revel, podendo apresentar provas, interpor recursos e adotar todas as medidas necessárias à salvaguarda de seus direitos.

§5º. O defensor dativo deverá atuar com autonomia e imparcialidade, sendo vedada qualquer forma de interferência que prejudique o exercício pleno de sua função.

§6º. A ausência de nomeação de defensor dativo nos termos deste artigo acarretará a nulidade do processo administrativo disciplinar, sendo vedada qualquer decisão condenatória com base em procedimento viciado.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 88 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 218. A sindicância é procedimento administrativo preliminar e investigativo, destinado à apuração de irregularidades funcionais atribuídas a servidor público municipal, com a finalidade de verificar a materialidade dos fatos, definir autoria e subsidiar decisão quanto à instauração ou não de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

§1º. A sindicância não tem caráter punitivo, constituindo fase preparatória e não obrigatória ao PAD.

§2º. A instauração de sindicância não constitui condição para abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) quando existirem elementos suficientes para tanto.

§3º. A sindicância poderá ser instaurada, de ofício ou mediante provocação, sempre que houver indícios de irregularidade.

§4º. A sindicância observará os princípios do contraditório, ampla defesa, eficiência, oficialidade, legalidade, proporcionalidade, motivação e verdade material.

Art. 219. O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e a Sindicância poderão ser instaurados de forma concorrente:

I – pelo Prefeito Municipal;

II – pelos Secretários Municipais ou dirigentes máximos de órgãos e entidades;

III – pelos dirigentes de unidade administrativa, em relação aos servidores a eles subordinados.

§1º. O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e a Sindicância serão instaurados por portaria, que indicará:

I – a identificação do(s) servidor(es) investigado(s);

II – a descrição sucinta dos fatos apurados (ou a indicação do documento que os descreve);

III – os fundamentos legais e normativos;

IV – a designação ou indicação da comissão processante;

V – o prazo para conclusão dos trabalhos, prorrogável mediante justificativa e autorização.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 89 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

§2º. Os servidores designados para a comissão processante deverão possuir idoneidade moral e não poderão ter interesse direto ou indireto no feito.

§3º. É vedada a designação de servidor que se encontre em relação de subordinação hierárquica direta com o investigado, salvo comprovada impossibilidade e mediante justificativa fundamentada.

§4º. Não poderá participar da comissão processante o cônjuge, companheiro ou parente do processado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 220. O prazo para conclusão da sindicância será de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação da portaria de instauração, podendo ser prorrogado por igual período, mediante despacho fundamentado.

Parágrafo único. A abertura de sindicância interrompe a prescrição, até a decisão final proferida pela autoridade competente.

Art. 221. A comissão sindicante elaborará relatório conclusivo, no qual serão indicados:

I - os fatos apurados;
II - as provas produzidas;
III - a conclusão sobre a existência ou não de irregularidade e sobre a autoria e a materialidade do fato;

Art. 222. A autoridade competente, de posse do relatório, proferirá a sua decisão no prazo de 30 (trinta) dias, podendo:

I - determinar o arquivamento do processo;

II - determinar a instauração de processo administrativo disciplinar.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 90 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 223. É direito do servidor público municipal proceder a compensação de seus créditos de natureza laboral com créditos tributários e não tributários pertencentes ao Município de Matozinhos, na forma do regulamento próprio.

Art. 224. O Dia do Servidor Público será comemorado no dia vinte e oito de outubro de cada ano.

Art. 225. Salvo disposição expressa em contrário, os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia sem expediente.

Art. 226. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento de seus deveres

Art. 227. Ao servidor público é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os direitos dela decorrentes.

Art. 228. Os servidores poderão manter associação para fins beneficentes, recreativos e cooperativista, bem como o sindicato de classe.

Art. 229. Fica expressamente permitida a adoção de regimes jurídicos diversos no âmbito da Administração Direta e Indireta, para desempenho de atividades meio e finalísticas, observadas a economicidade, eficiência e efetividade dos serviços a serem prestados.
Parágrafo único. A regra de flexibilização da adoção de regimes jurídicos somente se aplica às futuras contratações, não sendo aplicável aos servidores admitidos com base no regime jurídico vigente até a data da entrada em vigor da presente lei.

Art. 230. Os cargos e funções pertencentes as carreiras típicas de estado serão obrigatoriamente regidos pelo regime jurídico estatutário em caráter de exclusividade, sendo vedado o regime CLT.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 91 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Art. 231. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementada, se necessário.

Art. 232. O Poder Executivo Municipal expedirá os atos normativos complementares necessários à plena execução da presente Lei.

Art. 233. O presente Estatuto aplica-se, no que couber, aos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, de acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº. 11.350, de 05 de outubro de 2006 e alterações.

Art. 234. Fica mantido o direito à percepção do adicional por tempo de serviço (quinquênio) aos servidores efetivos que ingressaram no serviço público municipal antes de 9 de abril de 2007, nos seguintes termos:

I - A cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, o servidor fará jus a um adicional de 10% (dez por cento) sobre o seu vencimento base;

II - O adicional previsto neste artigo será incorporado aos proventos para fins de aposentadoria;

III - O pagamento do adicional será realizado em rubrica própria e não será computado como base de cálculo para outras vantagens pecuniárias, reajustes ou alterações de níveis de vencimento.

Parágrafo único. Os períodos de tempo de serviço já computados para fins de quinquênio antes da publicação desta Lei serão considerados para a concessão dos próximos adicionais para os servidores de que trata o *caput*.

Art. 235. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 83 de 14 de maio de 1951, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Matozinhos e as subsequentes que procederam alterações no regime jurídico dos servidores.

Art. 236. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Matozinhos (MG) ____de _____de 2026

Italo Moraes Borges
Prefeito Municipal

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 92 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS
GABINETE DO PREFEITO
Praça Bom Jesus, 99 – Centro | 35.720-000 – Matozinhos – MG
(31) 2010-8534 | gabinete@matozinhos.mg.gov.b

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Exmo. Sr. Presidente,
Exmos. Srs. Vereadores,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Matozinhos, Ilustríssimos Senhores Vereadores,

Submeto à apreciação de Vossas Excelências o anexo Projeto de Lei, que tem por objetivo instituir o novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matozinhos, estabelecendo um marco jurídico moderno, completo e alinhado às exigências da Administração Pública contemporânea.

A presente propositura visa substituir a Lei nº 83, de 14 de maio de 1951, que, embora tenha servido ao seu propósito por décadas, encontra-se manifestamente defasada. Com mais de 70 anos de vigência, a referida norma, elaborada sob a égide de uma realidade social e jurídica completamente distinta, já não oferece o arcabouço necessário para reger as complexas relações entre o Poder Público e seus servidores no século XXI.

A necessidade de modernização é imposta não apenas pelo decurso do tempo, mas, fundamentalmente, pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu novos paradigmas para a Administração Pública, pautados nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O novo Estatuto foi concebido para ser um instrumento que confere **segurança jurídica** tanto para a gestão municipal, que passará a dispor de regras claras e atualizadas, quanto para os próprios servidores, que terão seus direitos, vantagens, deveres e responsabilidades devidamente especificados.

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 93 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

Diante do exposto, e ciente da importância vital de um marco regulatório sólido para a valorização do serviço público e para a eficiência administrativa, contamos com o indispensável apoio e a célere aprovação deste Projeto de Lei por esta ilustre Câmara de Vereadores.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência e a seus ilustres pares as expressões do mais elevado apreço e especial consideração.

Prefeitura de Matozinhos, 02 de fevereiro de 2026.

ITALO DE MORAES BORGES
PREFEITO MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Vereador Gercy Gonçalves
DD. Presidente da Câmara Municipal

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG
Pág.: 94 / 95 - ID. do Doc.: 20B.5AA - 03/02/2026 - 17:49:07

rua Oito de Dezembro, 400 - Centro
Matozinhos / Minas Gerais | CEP 35720-000
(31) 3712-1169
camara@matozinhos.mg.leg.br
www.matozinhos.mg.leg.br

Informações do Documento

ID do Documento: **20B.5AA** - Tipo de Documento: **PROJETO DE LEI**.

Juntado por **WEVERTON HENRIQUE RODRIGUES GOMES**, **CPF:** 132.19*.**6-*7 , em **03/02/2026 - 17:49:07**

Código de Autenticidade deste Documento: 1771.4X49.403W.H833.3651

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
https://zeropapel.matozinhos.mg.leg.br/verdocumento

Cod. de Autenticidade do Doc.: 1771.4X49.403W.H833.3651 - ZeroPapel - CAMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS-MG